

Tradução do alemão por PG, revisão e edição por CN, 24.06.10

(original em <http://www.stalinwerke.de/Diverses/stalinsbeitraege.html>)

---

## **Contribuições de Stáline para a Ciência Militar e Política Soviética (II)**

• Ulrich Huar

**«A pausa respiratória» entre 1920 e 1940. Sobre a situação internacional nos anos 20 e 30. O sistema de Versalhes e o Acordo de Rapallo.**

O sistema de Versalhes trazia em si, desde o início, o gérmen de novas guerras, por um lado, contra a Rússia Soviética (URSS, a partir de Dezembro de 1922), por outro, de guerras inter-imperialistas entre Grã-Bretanha, França, EUA, Japão e Alemanha pela hegemonia em determinadas regiões ou pela hegemonia mundial, com coligações diversas, condicionadas pelos interesses e alterações na correlação de forças. A União Soviética representava uma provocação social para o conjunto do sistema imperialista. Nos estados imperialistas, a União Soviética e o PCU(b)<sup>1</sup> desfrutavam de grande prestígio na classe operária e nos círculos da *intelligentsia*. Apesar da derrota da revolução de Novembro na Alemanha assim como dos movimentos revolucionários no Sudeste da Europa, o movimento comunista internacional, organizado na Internacional Comunista (IC), ganhou influência a nível mundial. As colónias e semi-colónias agitavam-se.

Revoluções nacionais-democráticas na Ásia, África e América Latina abalaram o conjunto do sistema colonial. O sistema económico capitalista rebentava por todas as costuras. Redução de salários, perda de direitos sociais conquistados, inflação, desemprego, assistência deficiente aos milhões de inválidos da guerra, viúvas e órfãos caracterizavam o período do pós-guerra nos países capitalistas. Com a crise económica mundial de 1929, uma crise económica e política, crise geral do sistema capitalista, as lutas de classes nos estados imperialistas agudizaram-se enormemente. Apesar da crise, a União Soviética foi o único grande país a apresentar um elevado ritmo de crescimento, o qual sem dúvida não pode ser visto sem levar em consideração também as condições de partida. A URSS ganhou influência política, económica e social – representava para as massas proletárias no mundo capitalista uma alternativa à exploração, à miséria das massas e à guerra.

---

<sup>1</sup> O partido comunista da União Soviética designou-se entre 1925 e 1952 (até ao seu XIX Congresso) Partido Comunista de Toda a União (bolchevique) – PCU(b). (N. Ed.)

Apesar de todas as disputas pela nova partilha dos mercados e matérias-primas, as potências imperialistas tinham em comum o ódio à União Soviética, aos comunistas. A mera existência da União Soviética colocava em questão a sua hegemonia e o sistema de exploração capitalista, tanto internamente como nas colónias. Esta contradição entre lutas inter-imperialistas e luta contra a União Soviética caracterizou o período entre as duas guerras mundiais, durante o qual a direcção do PCU(b) e do Estado Soviético, competentemente liderada por Lénine, até finais de 1922, e depois da sua doença e morte, por Stáline, definiu e levou a cabo a sua política. No seu discurso no VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia (22-29 de Dezembro de 1920) Lénine afirmou:

«(...) *uma longa série de guerras decidia até agora o destino de todas as revoluções, de todas as grandes revoluções. A nossa revolução é uma dessas grandes revoluções. Terminámos um período de guerras, devemos preparar-nos para o segundo; mas não sabemos quando ele começará, e é preciso fazer com que, quando ele começar, possamos estar à altura.*»<sup>2</sup>

Depois de, no final de 1920, ter fracassado a primeira grande tentativa militar das potências da *Entente* de destruir a Rússia Soviética, era só uma questão de tempo até ser desencadeada a próxima guerra imperialista contra a Rússia Soviética. Para os bolcheviques era claro que só lhes haviam proporcionado uma pausa respiratória. Esta perspectiva determinava a sua política externa, como Lénine declarou no mesmo congresso: «*A nossa política externa, enquanto estivermos sós e o mundo capitalista for forte, consiste em que, por um lado, devemos utilizar as contradições (vencer todas as potências imperialistas seria naturalmente o mais agradável, mas durante muito tempo não estaremos em condições de o fazer). A nossa existência depende do facto de existirem divergências fundamentais entre as potências imperialistas, isto por um lado, enquanto por outro lado, depende do facto de a vitória da Entente e a Paz de Versalhes terem lançado a gigantesca maioria da nação alemã numa situação de impossibilidade de vida. A paz de Versalhes gerou uma tal situação, que a Alemanha não pode sonhar com uma trégua, não pode sonhar com que não seja roubada, que não lhe retirem os meios de sobrevivência, que não condenem a sua população à fome e à morte – a Alemanha não pode sonhar com isto, e, naturalmente, o único meio que tem de se salvar é somente em aliança com a Rússia Soviética, para onde de resto está a dirigir o seu olhar. Eles estão furiosamente contra a Rússia Soviética, odeiam os bolcheviques, fuzilam os seus próprios comunistas como genuínos guardas brancos. O governo burguês alemão odeia furiosamente os bolcheviques, mas os interesses da situação internacional impele-os para a paz com a Rússia Soviética, contra a sua própria vontade.*»<sup>3</sup>

Usar as contradições entre as potências imperialistas era uma máxima da política externa soviética para manter e consolidar o poder soviético e superar os problemas da economia e a destruição deixada pela guerra civil e de intervenção, pelo menos durante o período em que as potências capitalistas eram mais fortes do que a Rússia Soviética.

Na Alemanha, círculos burgueses influentes estavam interessados nas relações comerciais com a Rússia Soviética. Viam aí uma possibilidade de atenuar as condições escravizadoras do Tratado de Versalhes<sup>4</sup> e eventualmente de as romper.

---

<sup>2</sup> V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante!, Lisboa, 1979, tomo III, p. 419. (N. T.)

<sup>3</sup> «Discurso na fracção do PCR(b) do VIII Congresso dos Sovietes», 21 de Dezembro de 1920, V.I. Lénine, *Obras Completas*, Moscovo, 1970, tomo 42, pp. 105. (N. Ed.)

<sup>4</sup> Tratado de Versalhes: *paz violenta* imperialista assinada com a Alemanha por 27 potências aliadas e associadas, na sala de espelhos de Versalhes (18.01.1919 início das negociações). Pós termo à I Guerra

Em 2 de Maio de 1921 firmou-se um acordo provisório entre a Rússia Soviética e o *Reich* Alemão sobre o «Alargamento do âmbito da actividade de ambas as delegações para a assistência aos prisioneiros de guerra». Até este acordo, as delegações estavam limitadas simplesmente à assistência. Doravante tornavam-se representações diplomáticas com a designação de «Representação da RSFSR<sup>5</sup> na Alemanha» e «Representação Alemã na Rússia», que, «até ao restabelecimento de relações normais» deviam desempenhar as funções de representações diplomáticas. Com este acordo foram também especialmente fundadas representações comerciais.<sup>6</sup>

O diplomata alemão conservador Herbert von Dirksen, que várias vezes exerceu cargos na União Soviética e no Departamento do Leste do Ministério dos Negócios Estrangeiros – de 1928 a 1933 foi embaixador em Moscovo – confirmou nas suas memórias que, para o governo alemão, a normalização com a Rússia Soviética foi determinada em primeiro lugar pela necessidade de encontrar um aliado de nível internacional.

*«Como consideração adicional, cresceu à intenção de impulsionar o restabelecimento de relações normais com a Rússia o facto de estarmos convencidos de que a revolução na Rússia iria um dia, por fim, ficar coberta de areia e dar lugar a uma situação normal sem Komitern, agitação clandestina e revolução mundial. Inicialmente ligámos as nossas esperanças à NEP (...).»<sup>7</sup>*

---

Mundial e foi aceite, em 22.06.1919, pela Assembleia Nacional (com reservas). Este *diktat* de paz, que pôde ser imposto à Alemanha na sequência da derrota da classe operária na Revolução de Novembro, agudizou a situação nacional, ao submeter o povo alemão a uma dupla exploração, pelos imperialistas alemães e pelos imperialistas da Entente, reduziu a soberania da Alemanha, mas simultaneamente deixou intacta a base do poder do imperialismo e militarismo alemães. Devia assegurar aos estados imperialistas vencedores vantagens territoriais e económicas, arredar a concorrência alemã do mercado mundial e manter o militarismo alemão como força potencial contra o poder soviético. Este tratado, que também foi o resultado da orientação anti-soviética do capital monopolista alemão, trazia em si o germen de uma nova guerra. Das condições impostas (no total 15 com 440 artigos), as mais importantes são: cedência da Alemanha de território à Polónia, França, Bélgica, Checoslováquia, Lituânia e Dinamarca; renúncia a todas as colónias (distribuídas pelas potências vencedoras como mandato da Sociedade das Nações), no total a Alemanha perdeu 73.485 Km<sup>2</sup> de território, com 7,325 milhões de habitantes; administração aliada da região do Sarre até 1935 (regressou à Alemanha depois de um referendo à população), cujas minas de carvão ficaram para a França, e ocupação da margem esquerda do Reno, com testas de ponte em Colónia, Coblença e Mogúncia, de início por 15 anos (depois da aceitação do Plano Young até 1930); a criação de zonas desmilitarizadas (margem esquerda do Reno, margem direita do Reno, numa faixa de 50 Km), ocupadas em 1936 pela *Wehrmacht*; abolição do serviço militar obrigatório (reintroduzido por Hitler em 1935), proibição de exportação e importação de armas, limitação do exército a 100 mil homens, a marinha a 15 mil (nenhuma força aérea nem grandes navios de guerra), proibição de armas pesadas; pagamentos em géneros (gado, carvão, minérios, frota comercial, entre outros); internacionalização dos rios alemães, reparações, reconhecimento da exclusiva culpa na guerra; entrega dos criminosos de guerra alemães (não se realizou). O Tratado de Versalhes serviu o capital monopolista alemão e os seus órgãos políticos, mas em especial os fascistas, o estimular do chauvinismo e do revanchismo. A União Soviética não motivou nenhuma exigência do Tratado de Versalhes. O KPD foi o único partido na Alemanha a representar os interesses do povo alemão contra o Tratado de Versalhes. *História Mundial, Pequena Enciclopédia*, vol. 2, Leipzig, 1979, p. 513 e seg.

<sup>5</sup> República Soviética Federativa Socialista da Rússia. (NT)

<sup>6</sup> Dr. Fritz Klein, *As Relações Diplomáticas entre a Alemanha e a União Soviética 1917-1932*, Berlim, 1952, p. 91.

<sup>7</sup> Herbert v. Dirksen, *Moscovo-Tóquio-Londres*, Estugarda, 1949, p. 82 e seg.

Dirksen, portanto, entendia por «*situação normal*» a restauração do capitalismo. A actividade da diplomacia alemã devia, pois, apoiar uma tal restauração, por outras palavras, apoiar a contra-revolução.

Em 16 de Abril de 1922 foi assinado o Tratado de Rapallo<sup>8</sup> entre a Rússia Soviética e a Alemanha. A tentativa das potências da Entente de formarem uma frente unida dos estados capitalistas contra a República Soviética tinha falhado. Havia a esperança de, aproveitando a NEP, reforçar a contra-revolução na Rússia Soviética através de relações económicas. Os representantes alemães esperavam simultaneamente um rompimento do Tratado de Versalhes. Os capitalistas alemães que queriam restabelecer as relações comerciais tradicionais com a Rússia viram neste tratado possibilidades favoráveis para as suas exportações para a Rússia Soviética.

Lénine tinha compreendido a estratégia dos representantes dos países capitalistas ainda antes do início da Conferência Mundial de Génova. «*Nós compreendemos perfeitamente o que está na base deste jogo: sabemos que a sua essência consiste no comércio. Os países burgueses precisam de fazer comércio com a Rússia (...)*»<sup>9</sup> De outra forma os países capitalistas não conseguiriam sair da crise do pós-guerra, «*apesar de todas as suas esplendorosas vitórias, apesar das infundáveis jactâncias, com que enchem os jornais e telegramas do mundo inteiro.*»<sup>10</sup>

Do mesmo modo, Lénine estava consciente das intenções dos «*senhores diplomatas europeus*» ao colocarem «*condições*» às relações económicas com a Rússia Soviética, imporem «*testes*» e fazerem outras ameaças. Agora queriam alcançar através do comércio, o que não tinham conseguido na guerra de intervenção.<sup>11</sup>

A assinatura do Tratado de Rapallo foi considerada por Lénine um grande êxito da diplomacia soviética. A delegação soviética, «*defendendo a soberania plena da RSFSR*», fez malograr «*as tentativas de avassalamento e de restauração da propriedade privada*». As resoluções da conferência «*ao reconhecerem a igualdade de direitos dos dois sistemas de propriedade (...)* tiveram assim que a reconhecer, mesmo que indirectamente, a falência, a bancarrota» do sistema de propriedade privada capitalista e «*a inevitabilidade de um entendimento*» com o socialista.

«*A igualdade de direitos efectiva dos dois sistemas de propriedade, mesmo que como situação provisória, enquanto o mundo inteiro não passar da propriedade privada, do seu*

---

<sup>8</sup> O acordo de Rapallo foi assinado, à margem da Conferência Económica Mundial em Génova, por iniciativa da Rússia Soviética, por G.V. Tchetchérine e Walter Rathenau. As restantes repúblicas soviéticas aderiram em 15 de Novembro de 1922. Ele inclui o estabelecimento de relações políticas e económicas normais entre os dois países. A Rússia Soviética abdicou de reparações de guerra. Ambos os parceiros garantiram mutuamente o maior favorecimento nas suas relações económicas. O acordo libertava a Alemanha do seu isolamento internacional e malograva o plano das potências da Entente de constituir uma frente única contra a Rússia Soviética. Ver *História Mundial*, op. cit., vol. 2, p. 523 e seg.

<sup>9</sup> LW 33/199. [«A situação internacional e interna da República dos Sovietes», discurso na reunião da fracção comunista do Congresso dos Metalúrgicos de Toda a Rússia, 6 de Março de 1922, V.I. Lénine, ed. cit. Moscovo, Tomo 45, p. 3 (N. Ed.)]

<sup>10</sup> Idem, ibidem.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, pp. 200-203. [Idem, ibidem, p. 5 (N. Ed.)]

caos económico e das guerras para o sistema superior de propriedade – foi formulada apenas no Tratado de Rapallo.»<sup>12</sup>

É evidente que este Tratado não agradou aos círculos reaccionários do capital monopolista alemão, como prova o assassinio do ministro dos Negócios Estrangeiros, Walter Rathenau, em 24 de Junho de 1922.

### O Plano Dawes

Apesar do Tratado de Rapallo, as potências da Entente e os EUA esforçaram-se por vincular a Alemanha a uma frente anti-soviética. O chamado «Plano Dawes», discutido na Conferência de Londres (16 de Julho-16 de Agosto de 1924), serviu este propósito.<sup>13</sup>

Resumindo, o seu conteúdo consistia na tentativa de «regular» a luta entre França e Grã-Bretanha pela hegemonia da Europa, a luta entre a Grã-Bretanha e os EUA pelo domínio do mercado mundial, redefinir as reparações a pagar pela Alemanha para assegurar o cumprimento das dívidas de guerra da França e Inglaterra aos EUA, estabilizar o imperialismo alemão e dirigi-lo para Leste, contra a União Soviética.

Num discurso em 3 de Outubro, o político britânico Stanley Baldwin<sup>14</sup> declarou inequivocamente: «*O muro de defesa da civilização europeia ocidental tem de ser forte e seguro, de forma a que possa resistir a todos os ataques destruidores do Leste. Para isto não há método melhor e mais seguro do que a concretização do Plano Dawes, que colocará o mercado alemão em contacto com o mercado mundial.*

«(...) *Na minha opinião, o mais favorável para o comércio mundial seria desenvolver o comércio com a Rússia com a colaboração da Alemanha, para que esta realize os seus lucros de exportação no mercado russo (em vez de lançar esta massa de mercadorias de exportação no mercado do nosso país ou das nossas colónias), os quais devem possibilitar em certa medida os pagamentos a título das reparações e, deste modo, também a amortização dos juros das nossas dívidas para com a América.*»<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 342 e seg. [«Projecto de resolução do Comité Executivo Central de Toda a Rússia sobre o relatório da delegação à Conferência de Génova», escrito em 15 ou 16 de Maio de 1922, V.I. Lênine, ed. cit., tomo 45, pp. 192-193. (N. Ed.)]

<sup>13</sup> Na Conferência de Londres as potências imperialistas vencedoras procuraram resolver as suas contradições à custa da Alemanha e União Soviética. Os pagamentos a título das reparações pela Alemanha foram redefinidos por uma comissão de especialistas sob a presidência do director do *Morgan Bank*, Charles Gates Dawes. O objectivo consistia em permitir que a França, com os pagamentos da Alemanha, pagasse as suas dívidas de guerra à Inglaterra e esta, por sua vez, pagasse aos EUA. A Alemanha devia aumentar as suas exportações para a URSS e canalizar os lucros para o pagamento das reparações. As restrições à indústria de armamento foram aligeiradas para possibilitar um restabelecimento rápido do potencial militar do imperialismo alemão. Ver *Dicionário da História da Alemanha e do Movimento Operário Alemão*, vol. I, Berlim, 1969, p. 367.

<sup>14</sup> Stanley Baldwin, primeiro-ministro britânico de Maio de 1923 a Janeiro de 1924 e de Novembro 1924 a Junho de 1929.

<sup>15</sup> *História da Diplomacia*, ed. por W.R. Potjomkin, Berlim 1948, vol. III, p. 336. Citado de acordo com Klein, op. cit., p. 134.

Encontramos uma análise pormenorizada do Plano de Dawes no artigo de Stáline «Sobre a situação internacional», publicado na revista *Bolchevik*, n.º 11, de 20 de Setembro de 1924.<sup>16</sup>

A Entente revelara-se impotente para tirar partido dos resultados das suas vitórias militares. Conseguira derrotar a Alemanha, cercar a União Soviética e arquitectar um plano de espoliação da Europa. «*Mas revelou-se incapaz de executar esse plano de espoliação. Porquê? Porque são demasiado grandes as contradições entre os países da Entente. Porque esses países não conseguiram nem conseguirão pôr-se de acordo quanto à repartição do saque. Porque a resistência dos países que sujeitos à espoliação se torna cada vez mais séria. Porque a realização do plano de espoliação é susceptível de provocar confrontos militares, e as massas não querem combater.*»<sup>17</sup>

A táctica do «ataque frontal» da França contra a Alemanha para obter reparações impagáveis, nomeadamente com a ocupação do Ruhr<sup>18</sup>, tinha fracassado e revelara-se «*um perigo para o próprio imperialismo*». A «*política abertamente imperialista de ultimatoss, apostada no isolamento da União Soviética*», só teve «*resultados opostos*», que «*provocaram nas massas a resistência ao imperialismo*» e as empurraram «*para a revolução*».

«*Daí a inevitabilidade da passagem da política de ataque frontal por parte da burguesia à política de compromissos, do imperialismo aberto ao imperialismo encapotado, de Poincaré e Curzon a MacDonald e Herriot. Saquear o mundo sem uma cobertura tornou-se perigoso. O Partido Trabalhista na Inglaterra e o bloco de esquerda na França<sup>19</sup> devem cobrir a nudez do imperialismo. Esta é a origem do “pacifismo” e do “democratismo”.*»<sup>20</sup>

«*O pacifismo actual significa a ascensão directa ou indirecta ao poder dos partidos da II Internacional*». Estes são um esteio do imperialismo. Quando a burguesia não está em condições para atacar frontalmente o proletariado com os métodos do fascismo, então opta pelo método do pacifismo e do «democratismo».<sup>21</sup>

Em determinadas situações o exercício do poder pela burguesia é mais seguro através dos partidos da II Internacional do que abertamente através de partidos conservadores. Stáline deu aqui uma primeira definição de fascismo como «*uma organização de combate da burguesia, que conta com o apoio activo da social-democracia*».<sup>22</sup>

---

<sup>16</sup> SW 6/251 – 269. [«Sobre a situação internacional», publicado na revista *Bolchevik*, n.º 11, de 20 de Setembro de 1924, I.V. Stáline, ed. cit., Tomo 6, pp. 280-291 (N. Ed.)]

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p. 251 e seg. [Idem, ibidem, p. 281 (N. Ed.)]

<sup>18</sup> A 11 de Janeiro de 1923, tropas francesas e belgas, uma força com 5 Divisões, ocuparam a região do Ruhr. Os imperialistas franceses queriam com isto ganhar a hegemonia económica e política na Europa e obrigar a Alemanha à completa rendição. A Conferência de Londres obrigou à retirada da região do Ruhr até 31 de Julho de 1925. A ocupação do Ruhr mostrou-se assim uma derrota do imperialismo francês. Ver *Dicionário da História da Alemanha...*, op. cit., vol. 2, Berlim 1970, p. 428 – 429.

<sup>19</sup> Trata-se do bloco formado pelos radicais e radicais-socialistas que governou a França entre Junho de 1924 e Abril de 1925, sob a liderança de Édouard Herriot. (N. Ed.)

<sup>20</sup> SW 6/252. [«Sobre a situação internacional», op. cit., p. 281. (N. Ed.)]

<sup>21</sup> SW 6/252. [Stáline afirma exactamente o seguinte: «*É precisamente porque a burguesia já não pode pôr de joelhos o proletariado que se viu obrigada a desistir de um ataque frontal, a recorrer a rodeios, a compromissos e ao “pacifismo democrático”*». Idem, ibidem, p. 282. (N. Ed.)]

<sup>22</sup> Idem, ibidem, p. 253. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

Esta definição discutível foi dada por Stáline em Setembro de 1924. Isto deve ser tido em conta. Experiências práticas só existiam na Itália fascista e no movimento fascista na Alemanha e noutros estados europeus.

*«Estas organizações [fascismo e social-democracia (UH)] não se excluem, mas completam-se. Não são antípodas, mas sim gémeas. O fascismo é o bloco político tácito destas duas organizações fundamentais, que surgiu na situação de crise do imperialismo no pós-guerra, concebido para a luta contra a revolução proletária. Sem este bloco a burguesia não pode manter-se no poder. Por isso seria erróneo crer que o "pacifismo" significa a liquidação do fascismo. Na actual situação, o "pacifismo" constitui a afirmação do fascismo mediante a colocação em primeiro plano da sua ala moderada, a social-democracia.»<sup>23</sup>*

Stáline chegou a esta conclusão em 1924, na sequência das experiências que demonstraram o papel contra-revolucionário da social-democracia em todos os países ocidentais, em particular na Alemanha e durante a Revolução de Outubro, assim como durante a Guerra Civil e de Intervenção.

Ao incluir todas as organizações reaccionárias sob o conceito de fascismo, Stáline ignorou manifestamente as diferenças entre elas. Partidos e organizações podem ser contra-revolucionários, mas não têm de ser fascistas. A contra-revolução tem muitas caras. Correcta mantém-se a apreciação de Stáline de que a social-democracia, em determinadas situações críticas para a burguesia, se presta melhor a ser governo para desviar as massas de acções revolucionárias do que governos abertamente conservadores. A destruição do socialismo europeu só pôde ter tido lugar num quadro de soluções revisionistas, sociais-democratas, num quadro abertamente fascista, sem máscara, não teria acontecido. No fim de contas o resultado é o mesmo, e é este o núcleo racional da tese de Stáline dos «irmãos gémeos».

Stáline submeteu o pacifismo burguês a uma severa crítica e revelou o seu outro lado perigoso para a burguesia. O pacifismo produz uma *«forte sacudidela nas massas e implica-as na política»*, abala o poder burguês e *«prepara o terreno para convulsões revolucionárias»*. Não obstante o pacifismo constitui *«um sério perigo para a revolução»*. Como o texto de Stáline contém passagens que se mantêm actuais, reproduzimo-las integralmente:

*«O pacifismo mina as bases do poder burguês e prepara condições favoráveis à revolução. Mas o pacifismo só pode produzir tais resultados contra a vontade dos próprios "pacifistas" e democratas" e apenas mediante um intenso trabalho de desmascaramento por parte dos partidos comunistas da natureza imperialista e contra-revolucionária dos governos democrático-pacifistas de Herriot e MacDonald. No que respeita à vontade dos próprios pacifistas e democratas e à política dos próprios imperialistas, estes, ao recorrerem ao pacifismo, perseguem um só objectivo: enganar as massas com frases altissonantes sobre a paz para preparar uma nova guerra, cegá-las com o brilho da "democracia" para consolidar a ditadura da burguesia, hipnotizá-las com o alarido sobre os direitos "soberanos" das nações e dos estados para mais facilmente preparem a intervenção na China, as carnificinas no Afeganistão e no Sudão, o desmembramento da Pérsia, ludibriá-las com palavreado grandiloquente sobre as relações "amistosas" com a União Soviética, sobre estes ou aqueles "acordos" com o Poder Soviético, para mais estreitamente se ligarem aos conspiradores contra-revolucionários expulsos da Rússia na preparação de acções de banditismo na Bielorrússia, na Ucrânia, na Geórgia. O pacifismo é um disfarce para a burguesia. Neste disfarce reside o maior perigo do pacifismo.*

---

<sup>23</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem, pp. 282-283. (N. Ed.)]

*Conseguirá a burguesia o seu objectivo de enganar o povo? Isso depende da intensidade do trabalho de desmascaramento dos partidos comunistas do Ocidente e do Leste, da sua capacidade para arrancar a máscara aos imperialistas com roupagens de pacifistas. Sem dúvida que os acontecimentos e a prática ajudarão os comunistas neste propósito, colocando uma cunha entre as palavras pacifistas e os actos imperialistas dos democratas serventúrios do capital. O dever dos comunistas consiste em acompanhar os acontecimentos e desmascarar impiedosamente a cada passo, a cada acto, o servilismo ao imperialismo e a traição ao proletariado por parte dos partidos da II Internacional.»<sup>24</sup>*

O pacifismo pode conduzir a acções espontâneas de massas. A espontaneidade é, de acordo com Lênine, o degrau prévio da consciência. Mas as massas, por si próprias, não podem alcançar conhecimentos teóricos sobre o imperialismo, não podem reconhecer que a guerra é uma manifestação que está em conformidade com o sistema imperialista. Nisto reside a responsabilidade do partido comunista – ligar a experiência das massas, o movimento pacifista espontâneo com a teoria marxista-leninista, em especial com a teoria leninista do imperialismo. Se isto não for conseguido, os movimentos espontâneos, independentemente do grau de violência que aparentem, esvaziam-se. O derrube do sistema imperialista não pode resultar de movimentos espontâneos. Neste sentido, Stáline tem razão quando afirma que «o dever dos comunistas» é «desmascarar impiedosamente, a cada passo, a cada acto, o servilismo ao imperialismo e a traição ao proletariado por parte dos partidos da II Internacional».

O Plano de Dawes foi uma enorme tentativa para estabilizar o sistema capitalista mundial. Uma estabilização duradoura do capitalismo era e é, porém, uma tarefa histórica insolúvel. Fritz Klein chamou a atenção que já em 1924 Stáline caracterizou a estabilização da Alemanha através do Plano Dawes como «uma estabilização relativa», e citou a seguinte declaração de Stáline numa entrevista relativamente a este assunto:

*«Penso que o Plano Dawes já produziu alguns resultados que conduziram a uma relativa estabilização da situação. A introdução de capital americano na indústria alemã, a estabilização da moeda e a melhoria de uma série dos mais importantes ramos da indústria alemã – o que está longe de significar um saneamento radical da economia alemã – e, finalmente, uma certa melhoria da situação material da classe operária, tudo isto não poderia deixar de se traduzir num certo reforço da situação da burguesia na Alemanha. Este é, por assim dizer, o lado “positivo” do Plano Dawes.*

*«Mas o Plano Dawes tem ainda lados “negativos”, os quais deverão manifestar-se inevitavelmente num dado momento e deverão fazer explodir os resultados “positivos” deste plano. Sem dúvida que o Plano Dawes significa para o proletariado alemão uma dupla pressão, interna e externa, do capital. As contradições entre a expansão da indústria alemã e a contracção dos mercados externos para esta indústria, a disparidade entre as exigências hipertrofiadas da Entente e as possibilidades máximas da economia alemã para satisfazer estas exigências, tudo isto, ao piorar inevitavelmente a situação do proletariado, dos pequenos camponeses, empregados e intelectuais, tem de conduzir a uma explosão, à luta directa do proletariado pela conquista do poder.»<sup>25</sup>*

---

<sup>24</sup> Idem, ibidem p. 255 e seg. [Idem, ibidem, pp. 284-286. (N. Ed.)]

<sup>25</sup> *A Bandeira Vermelha*, 5 de Fevereiro de 1924, citado de acordo com Klein, ob. cit., p. 133. Esta entrevista não está incluída na edição das obras de Stáline. [«Sobre as perspectivas do PCA (Partido Comunista da Alemanha) e a bolchevização», entrevista com Herzog, membro do PCA, *Pravda*, n.º 27, de 3 de Fevereiro de 1925, V.I. Stáline, ed. cit., Moscovo, 1952, tomo 7, p. 35. (N. Ed.)]



Assim a Conferência de Londres também não podia resolver as contradições imperialistas internas. Stáline escreveu sobre isto: «A conclusão é só uma: a Conferência de Londres não resolveu uma única das velhas contradições na Europa, em vez disso acrescentou-lhes novas contradições, contradições entre a América e Inglaterra. Não há dúvidas de que a Inglaterra irá como até aqui agravar o antagonismo entre a França e a Alemanha para assegurar o seu predomínio político no continente. Não há dúvidas de que a América, pelo seu lado, irá agravar o antagonismo entre a Inglaterra e a França para assegurar a sua hegemonia no mercado mundial. Isto sem falar do profundíssimo antagonismo entre a Alemanha e a Entente.

Os acontecimentos mundiais serão determinados por estes antagonismos, e não pelos discursos “pacifistas” do tratante Hughes<sup>26</sup> e do enfático Herriot. A lei do desenvolvimento desigual dos países imperialistas e da inevitabilidade das guerras, hoje, mais do que nunca, continua em vigor. A Conferência de Londres apenas disfarça estes antagonismos para criar novas premissas para a sua agudização sem precedentes.»<sup>27</sup>

### **A cabeça de Janus da Ostpolitik do imperialismo alemão**

O Tratado de Locarno,<sup>28</sup> concluído em 16 de Outubro de 1924, entre a Bélgica, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Polónia e a Checoslováquia (assinado em 1 de Dezembro de 1925 em Londres), garantia as fronteiras ocidentais definidas no Tratado de Versalhes. A tentativa das potências ocidentais de também garantir no tratado as fronteiras ocidentais da Polónia e Checoslováquia foi recusada pelo representante alemão. O imperialismo alemão alcançou com o tratado um fortalecimento essencial. O tratado dirigiu inequivocamente as ambições do imperialismo alemão na direcção do Leste, em primeiro lugar, contra a Polónia. De acordo com o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Gustav Stresemann, o tratado permitia «seguir o caminho da consolidação e reconstrução da Alemanha, concentrando-se na vontade de incorporação das regiões alemãs de Leste.»<sup>29</sup>

As relações económicas entre a Alemanha e a União Soviética foram continuamente alargadas, mas o lado alemão sempre as entendeu como um meio de pressão contra as potências da Entente. Assim, em 12 de Novembro de 1925 chegou-se a um acordo económico e em 25 de Abril à conclusão de um Tratado de Amizade e Neutralidade entre a Alemanha e a URSS, que foi chamado de «Tratado de Berlim», com uma duração de cinco anos. O Tratado de Berlim foi ratificado pelo parlamento alemão em 29 de Junho de 1926 quase por unanimidade.

Na sessão para a aproximação germano-soviética, organizada em Moscovo pela Sociedade *Allunion* para as relações culturais com o estrangeiro, em 1 de Outubro de 1925, Maksíme Litvínov, enquanto membro do Commissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, declarou: «Estou convencido de que a política da União Soviética corresponde à legítima vontade de paz dos povos da União Soviética, assim como aos interesses e vontade do povo alemão. Por isso o desenvolvimento de esforços mútuos conjuntos da Alemanha e da União Soviética, e a

---

<sup>26</sup> Trata-se provavelmente de Charles Evans Hughes, secretário de Estado dos EUA entre 1921 e 1925 (ver índice de nomes no final). (N. Ed.)

<sup>27</sup> SW 6/260 e seg. [«Sobre a Situação Internacional... op. cit. p. 291. (N. Ed.)]

<sup>28</sup> Ver *Dicionário da História...*, op. cit., Vol. II, p. 42 e seg.

<sup>29</sup> Gustav Stresemann, *Legado*, obras póstumas em três volumes, ed. por Henry Bernhard, Berlim, 1932/33, Vol. II, p. 95. Citado de acordo com Klein, op. cit., p. 138.

*continuação desta linha fiel aos compromissos assumidos, é uma garantia insubstituível para que a paz em geral, e na Europa de Leste em particular, não venha a ser perturbada.»<sup>30</sup>*

O prolongamento do tratado por um ano, como previa o seu articulado, não foi ratificado pelo parlamento em 1931. Só em Maio de 1933, depois da transmissão do poder a Hitler, este consentiu em ratificá-lo. Mas em 1936, o governo fascista recusou-se a prolongar o Tratado de Berlim.

Fritz Klein também se refere ao contexto do Tratado de Berlim. Do lado alemão não foi exactamente por puro amor à paz que foi assinado. Em Março, a admissão da Alemanha na Sociedade das Nações tinha falhado devido a uma intriga franco-polaca. O Tratado de Berlim foi justamente utilizado pelo lado alemão como um meio de pressão contra a França. Depois da conclusão do Tratado, a Alemanha seria admitida em Setembro na Sociedade das Nações.<sup>31</sup>

Em Maio de 1927, o governo britânico montou uma provocação contra a União Soviética com assalto à missão comercial soviética *Arkos*, cujas instalações foram revistadas pela polícia. Esta provocação deu ao governo o desejado pretexto para romper as relações com a União Soviética.

O cálculo de Chamberlain,<sup>32</sup> de levar também a Alemanha a romper as relações com a União Soviética e trazê-la para uma frente anti-soviética, de facto não resultou. A resposta de Stresemann a Chamberlain é porém elucidativa do verdadeiro objectivo das relações comerciais da Alemanha com a União Soviética:

*«Consideramos errado isolar porventura propositadamente a Rússia através de um qualquer procedimento conjunto.*

*«Conduzimos com a Rússia negociações de crédito e temos com ela uma activa troca de bens não só porque precisamos, mas também porque sou da opinião de que é necessário associar intimamente a economia da Rússia ao sistema capitalista das potências europeias ocidentais, de forma a que, através disso, se prepare o caminho para uma evolução na Rússia, que, na minha opinião, é a única que abre a possibilidade de fazer da Rússia Soviética um Estado e uma economia com as quais se pode viver.»<sup>33</sup>*

No que diz respeito à União Soviética, os objectivos do imperialismo alemão e inglês eram idênticos. O que variava eram os interesses concretos e, em função disso, os seus métodos. No dia 6 de Dezembro de 1928, o director Kraemer, presidente da Comissão Russa da Economia Alemã e membro da direcção da Associação do Reich da Indústria Alemã, proferiu um discurso, na XXXIII Reunião Ordinária dos Associados da Associação Germano-Russa, que, em clareza, não deixa nada a desejar: *«O antigo provérbio “o comércio segue a bandeira” é hoje substituído pela consigna “o comércio segue o investimento de capital”. Quem tem o capital pode com a sua ajuda explorar economicamente um país num grau muito maior do que com poder militar. Vemos isso por exemplo nos EUA, na sua actuação a América Central e do Sul, onde em primeiro lugar aparece o empréstimo e só depois do empréstimo as viagens comerciais (...) O Leste deve tornar-se um espaço para o*

---

<sup>30</sup> *Europa de Leste*, revista para as questões do Leste europeu, ed. por von Hoetzsch, Königsberg e Berlim, ano 1926/27, p. 48 e seg. Citado de acordo com Klein, op. cit., p. 152.

<sup>31</sup> Ver Klein, op. cit., p. 148 e seg.

<sup>32</sup> Trata-se de Joseph Austen Chamberlain (1863-1937), não confundir com Arthur Neville Chamberlain (1869-1940), o primeiro-ministro britânico (1937-40) que assinou o acordo de Munique com Hitler. (ver índice de nomes no final). (N. Ed.)

<sup>33</sup> Stresemann, *Legado*, de acordo com Klein, op. cit., p. 158.

*alargamento da economia alemã e pode vir a sê-lo (...) Excelentíssimos Senhores, ainda há poucos dias um vosso conhecido dirigente da indústria alemã declarou na Comissão Russa da Economia Alemã que nos muitos milhões de fornecimentos da sua firma mundialmente conhecida à Rússia não se ganhou um pfennig (...) porque pequenas firmas, que na matéria não estavam à altura, ofereceram mais barato do que as grandes firmas (...) As coisas económicas, como as políticas, não estão determinadas para a eternidade (...) Não creio que os sonhos da revolução mundial (...) amadureçam e que o mundo inteiro possa ser tomado pelo espírito que hoje, na verdade, domina o Krémelin, mas não em toda a Rússia (...) E por isso acredito que um dia destes o bom-senso, o bom-senso económico, que hoje já se manifesta isoladamente em círculos dirigentes na Rússia, vencerá sobre o que nós hoje, de uma perspectiva da economia, observamos com preocupação: sobre as formas de economia de Estado como hoje são implementadas na Rússia.»<sup>34</sup>*

Kraemer não nomeou nomes de quem nos «círculos dirigentes» da União Soviética se caracterizava por «bom-senso económico». Fritz aponta para o grupo de Trótski, do qual se podia esperar «*mais compreensão em relação aos interesses dos capitalistas estrangeiros*». Trótski mostrou de novo ser um «*aliado daqueles meios da Alemanha que trabalhavam para a queda do poder soviético*».<sup>35</sup> Klein também podia ter acrescentado Bukhárine e alguns outros dos «círculos dirigentes».

Ainda houve mais coisas. Herbert von Dirksen, embaixador alemão na União Soviética entre 1928 e 1933, relatou muito francamente nas suas memórias as actividades de engenheiros alemães na União Soviética. De acordo com os seus dados trabalhavam no conjunto da União Soviética cerca de cinco mil especialistas alemães, sobre os quais escreve: «*Os melhores entre eles mantinham uma relação estreita com a embaixada e consulados, que eram desta forma minuciosamente informados não só sobre o desenvolvimento económico do país, mas também sobre outras questões como o ambiente geral e o desenvolvimento interno do partido. Não acredito que um qualquer outro país, antes ou depois, possuísse um material informativo tão pormenorizado sobre a União Soviética, como a Alemanha durante estes anos.*»<sup>36</sup>

Engenheiros alemães também estiveram envolvidos em grandes operações de sabotagem na região de Donets, como demonstrou o processo de Chakhti (Março-Julho de 1928). A única sanção penal que os réus estrangeiros tiveram foi a sua expulsão da URSS.

Concluindo sobre os objectivos dos imperialistas alemães nas relações económicas com a União Soviética, citamos uma carta de Edmund Hugo Stinnes para Hitler de 9 de Julho de 1931: «*A expansão do espaço alemão para Leste e Sudeste da Europa parece-me, neste momento, não ser possível através do deslocamento da fronteira Leste, mas mediante a sua dissolução (por exemplo através de união aduaneira). Em seguida devia-se tratar de dar ao nosso povo insuportavelmente comprimido espaço vital, terras aráveis e oportunidades de trabalho, até à foz do Danúbio e aos pântanos de Prípiat*»<sup>37,38</sup>

---

<sup>34</sup> *A Economia de Leste*, revista mensal da Associação Germano-Russa, mais tarde Comissão Russa da Economia Alemã, Berlim, Ano 1928/29, p. 131 e seg. Citado de acordo com Klein, op. cit., p. 159.

<sup>35</sup> Klein, op. cit., p. 160.

<sup>36</sup> Dirksen, ob. cit., p. 104. Citado de acordo com Klein, ob. cit., p. 161.

<sup>37</sup> Trata-se da região da Polésia, paisagem histórica na Bielorrússia, Ucrânia e Polónia, entre os rios Bug e Prípiat. As cidades principais são Brest e Pinsk. A região é uma larga planície fluvial, rica em florestas. Principalmente a Sul do Prípiat dominam enormes pântanos. Com cerca de 90 mil Km<sup>2</sup> são a maior zona pantanosa da Europa. (NT)

<sup>38</sup> Citado de acordo com Klein, ob. cit., p. 180.

Para a Alemanha os acordos económicos entre a União Soviética e a Alemanha tinham uma cabeça de Janus. Não se tratava apenas da destruição da ordem socialista na União Soviética, mas também da conquista de novos «espaços vitais», quer na Rússia quer no conjunto do Leste e Sudeste, independentemente da ordem social que existisse neste ou naquele país. O que os imperialistas alemães não tinham conseguido na I Guerra Mundial, devia ser atingido por meios económicos – por agora! – enquanto fossem militarmente fracos para poder iniciar uma nova guerra de rapina e conquista.

### **Sobre o perigo de uma guerra contra-revolucionária contra a URSS**

Naturalmente que o governo soviético compreendia o jogo das potências da Entente, dos EUA, Japão e Alemanha, como resulta dos discursos e artigos de Stáline. Num artigo no *Pravda* de 28 de Julho de 1927, «Notas sobre temas actuais», Stáline analisou pormenorizadamente os perigos da guerra.<sup>39</sup>

*«Está em curso uma luta furiosa pelos mercados de escoamento, pelos mercados de exportação de capital, pelas rotas marítimas e terrestres para esses mercados, por uma nova repartição do mundo.»*<sup>40</sup>

Agudizam-se as contradições entre os países capitalistas e no interior de cada um. Não obstante a estabilização, «a crise do capitalismo mundial» agrava-se. A existência e os progressos da URSS apenas aprofundam esta crise. Os imperialistas preparam-se para uma nova guerra vendo nela «a única saída para ultrapassar esta crise».

O aumento sem precedentes do armamento, a orientação geral dos governos burgueses para métodos fascistas «de governação», a campanha contra os comunistas, a raivosa perseguição contra a URSS, intervenção directa na China testemunham «a preparação de uma nova guerra por uma nova repartição do mundo».

Apenas o medo de se enfraquecerem mutuamente e de assim facilitarem «uma nova ruptura da frente imperialista» impedem, «por enquanto» os imperialistas de se guerrearem.

Por isso certos círculos imperialistas procuravam criar uma frente única contra a União Soviética com vista a resolverem a crise do capitalismo que se aprofundava, «mesmo que apenas parcialmente e provisoriamente, à custa da URSS».<sup>41</sup>

A burguesia inglesa tomou a iniciativa da criação desta «santa aliança» anti-soviética. «O capitalismo inglês sempre foi, é e será o mais enraivecido opressor das revoluções populares.»<sup>42</sup>

Isto era correcto em 1927. O imperialismo alemão fascista, a partir de 1933, e o imperialismo dos EUA, depois de 1945, substituíram os ingleses nesse papel. Isto não significa naturalmente que as outras potências imperialistas sejam «melhores», mas sim que nesta altura e num período de tempo previsível são mais fracas do que o imperialismo dos EUA.

---

<sup>39</sup> SW 9/278-312. [«Notas sobre temas actuais», *Pravda* n.º 169, 28 de Julho de 1927, I.V. Stáline, *Obras*, tomo 9, Moscovo, 1949, pp. 322-361. (N. Ed.)]

<sup>40</sup> Idem, p. 278. [Idem, *ibidem*, p. 322. (N. Ed.)]

<sup>41</sup> Idem, p. 279. [Idem, *ibidem*, p. 323. (N. Ed.)]

<sup>42</sup> Idem, p. 280. [Idem, *ibidem*, p. 324. (N. Ed.)]

Stáline refere algumas «acções directas» do governo conservador britânico contra a URSS. O primeiro golpe aberto do governo conservador inglês foi o assalto à embaixada soviética em Pequim, visando, por um lado, descobrir documentos «horrorosos» do trabalho «destruidor» da URSS, por outro, arrastar a URSS para uma guerra contra a China.<sup>43</sup>

O segundo golpe aberto perpetrado pelo governo inglês em Londres foi o assalto à representação comercial soviética «Arkos» (3 de Maio de 1927) e o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a URSS. O terceiro golpe declarado foi a organização do assassinio de P.L. Voikov, embaixador da URSS na Polónia, em 7 de Junho de 1927 em Varsóvia. Este atentado devia produzir o efeito do «assassinio de Saraievo» e «arrastar a URSS para um conflito militar com a Polónia».<sup>44</sup> Estas acções não eram nenhum acaso e repetir-se-iam «com força renovada». O governo inglês organizava um bloqueio financeiro contra a URSS, apoiava «governos» de emigrados da Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão Arménia e outros «com vista à organização de insurreições nestes países da URSS», financiava grupos terroristas e de espionagem, que «fazem explodir pontes, incendiam fábricas e aterrorizam representantes diplomáticos na URSS – tudo isto mostra inequivocamente que o governo conservador inglês enveredou firme e decididamente pela via da organização da guerra contra a URSS.»

No primeiro ponto da Resolução do Plenário conjunto do CC e da CCC [Comissão Central de Controlo] do PCU(b) (29 de Julho/9 de Agosto de 1927) sobre a situação internacional afirma-se: «A situação internacional actual caracteriza-se primeiramente, por um lado, pelas relações extremamente tensas entre a Inglaterra imperialista e a URSS proletária, por outro, pela intervenção militar do imperialismo na China. O perigo de uma guerra contra-revolucionária contra a URSS é a questão mais aguda do actual período.»<sup>45</sup>

Em função do perigo de guerra criado principalmente pela burguesia inglesa, Stáline define as tarefas do partido do seguinte modo: «Tocar o alarme em todos os países da Europa sobre o perigo de uma nova guerra, elevar a vigilância dos operários e soldados dos países capitalistas, preparar incessantemente as massas para enfrentarem com luta revolucionária todas e quaisquer tentativas dos governos burgueses de organizar uma nova guerra». Levar ao pelourinho todos os líderes reformistas do movimento operário que «consideram uma "invencionice" a ameaça de uma nova guerra, que embalam os operários com a mentira pacifista». Prosseguir «firme e inabalavelmente» uma política de paz do governo soviético, «uma política de relações pacíficas, imune a todas as provocações».<sup>46</sup>

Devia-se aumentar a capacidade defensiva do país, melhorar a indústria civil e militar, temperar a vontade dos operários, camponeses e soldados vermelhos de defender a pátria socialista, reforçar a retaguarda, reprimir sem hesitação os terroristas e incendiários de fábricas e oficinas «pois a defesa do nosso país é impossível sem uma sólida retaguarda revolucionária».<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> Idem, p. 281. [Idem, ibidem, p. 325 (N. Ed.)] A polícia chinesa realizou na mesma altura assaltos aos consulados soviéticos em Xangai e Tientsin. Em Cantão foram assassinados colaboradores da missão diplomática soviética. Ver I.B. Bérkhine, op. cit., p. 319.

<sup>44</sup> SW 9/281. [Idem, ibidem, p. 325. (N. Ed.)]

<sup>45</sup> PCUS in R. e B., op. cit., Vol. VI, p. 228. Ver anexo, documento 2. [239] [«Resolução Sobre a Situação Internacional», adoptada pelo plenário do CC e do CCC em 9 de Agosto de 1927, *O PCUS nas suas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Plenários do CC (1898-1953)*, tomo II, 7.<sup>a</sup> edição, Gospolitizdat, 1953, p 239. (N. Ed.)]

<sup>46</sup> SW 9/283. [«Notas sobre temas actuais»..., op. cit., p. 327. (N. Ed.)]

<sup>47</sup> Idem, p. 284. [Idem, ibidem, p. 328. (N. Ed.)]

Estas não eram palavras ocas. De acordo com a sentença do colégio da *OGPU*<sup>48</sup> da URSS, de 9 de Junho de 1927, foram fuzilados vinte guardas brancos monárquicos por actividades terroristas, de espionagem e de diversão ao serviço de estados estrangeiros. Entre os condenados encontravam-se antigos príncipes e nobres russos, latifundiários, industriais, comerciantes e oficiais do exército tsarista.<sup>49</sup>

O fuzilamento dos vinte «príncipes» terroristas e incendiários provocou uma enorme celeuma em «*certas camadas da burguesia pacifista e liberal reaccionária*».<sup>50</sup>

No Plenário conjunto do CC e da CCC do PCU(b) (29 de Julho/9 de Agosto de 1927), Stáline referiu-se a um «*certo tipo de pessoas que afirmam que quanto mais sossegadamente nos comportarmos, melhor será para nós. Estas pessoas dizem-nos: “As coisas estavam bem para a URSS quando a Inglaterra rompeu connosco; as coisas ainda ficaram melhores para a URSS quando mataram Voíkov; mas as coisas pioraram para a URSS quando nós mostrámos os dentes e fuzilámos, em resposta ao assassinio de Voíkov, 20 ‘príncipes’ contra-revolucionários; até ao fuzilamento dos Vinte a Europa nutria compaixão e simpatia por nós; depois do fuzilamento, pelo contrário, deixou de haver simpatia e começaram a acusar-nos de não sermos os meninos obedientes que a opinião pública europeia desejaria ver em nós”.*»<sup>51</sup>

Stáline condenou decididamente esta «*filosofia liberal-reaccionária*». Os seus autores desejariam «*ver uma URSS impotente, desarmada (...) caindo de joelhos perante os inimigos, capitulando perante eles*».<sup>52</sup>

O fuzilamento dos Vinte contra-revolucionários foi uma manifestação da severidade da luta de classes na União Soviética, da política de agressão cheia de ódio do imperialismo estrangeiro, principalmente dos ingleses neste período, que não se detiveram perante nenhum crime contra a URSS.

A dureza desta luta de classes ultrapassou e ultrapassa manifestamente a compreensão do intelectual pequeno-burguês. Comunismo é supressão da propriedade privada. A propriedade privada é uma relação social que pressupõe o não proprietário como um objecto de exploração a ser utilizado nos meios de produção de propriedade privada. Naturalmente que os proprietários defendem com todos os meios o seu poder e domínio e não se detêm nesta luta perante nenhum crime. Esta luta de classes não pode ser avaliada através de «critérios» morais abstractos. A luta pela «expropriação dos expropriadores» (Marx) é uma luta de vida e de morte e no futuro também o será. Esperar que se poderá deslizar para o comunismo através de caminhos pacíficos e parlamentares era e é uma ilusão que, quando se espalha, conduz ao desarmamento ideológico da classe operária. Por isso os sonhos socialistas pequeno-burgueses encontram a simpatia benévola de uma parte da burguesia, que se serve dos seus intérpretes quando o sistema capitalista entra em crise, devido às suas contradições internas, pelo menos enquanto a massa dos não proprietários (lat. proletários) se deixar levar pela conversa da «justiça social».

---

<sup>48</sup> *OGPU, Obedinónnoe Gossudárstvennoe Politítcheskoe Upravlénie*, (Direcção Política Estatal Unificada) polícia de Estado dependente do Ministério do Interior da URSS. Vigorou entre 1922 e 1954, sucedeu à *Tcheka* e antecedeu o *KGB*. (N. Ed.)

<sup>49</sup> SW 10/332, nota de rodapé 23. [«A situação internacional e a defesa da URSS», discurso no plenário conjunto do CC e da CCC do PCU(b), 1 de Agosto de 1927, I.V. Stáline, *Obras*, tomo 10, Moscovo, 1949, pp. 3-59. (N. Ed.)]

<sup>50</sup> Idem, ibidem, p. 40. [Idem, ibidem, p. 45. (N. Ed.)]

<sup>51</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem, p. 46. (N. Ed.)]

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 41. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

Assim a resposta de Stáline não se caracteriza exactamente por uma delicadeza especial: «Será melhor que todos estes filósofos liberais-pacifistas vão para o inferno com a sua “simpatia” pela URSS. Tenhamos nós a simpatia das massas de milhões de operários que o resto virá por si. E se alguém tiver impreterivelmente que sangrar, então envidaremos todos os esforços para que a URSS não seja feita em sangue e que o “ensanguentado” seja um qualquer país burguês.»<sup>53</sup>

### **A inevitabilidade de uma nova guerra imperialista**

A agudização da crise do capitalismo, apesar da estabilização, segundo Stáline, devia-se ao facto de que «nos últimos tempos, o capitalismo aperfeiçoou e racionalizou a sua tecnologia, produzindo uma enorme massa de mercadorias que não podem ser realizadas (...). Ao mesmo tempo, sublinhava, «os governos capitalistas fascizam-se, atacando a classe operária (...). Estes factos levam à agudização da crise do capitalismo mundial, que é incomparavelmente mais profunda do que a crise antes da última guerra imperialista». É precisamente a impossibilidade de realizar a massa de mercadorias que «conduz, no campo dos imperialistas, à agudização da luta pelos mercados de escoamento, pelos mercados de exportação de capital, e ao aparecimento das condições para uma nova guerra, por uma nova repartição do mundo».<sup>54</sup> Esta luta desesperada «já tornou inevitável uma nova guerra imperialista.»<sup>55</sup>

Assim se determinados «círculos imperialistas olham de esquelha para a URSS, organizando uma frente única contra ela», é porque a União Soviética «representa um imenso mercado de escoamento e de exportação de capital». Stáline vê aqui o «fundamento e a origem da inevitabilidade de uma nova guerra, sendo indiferente que esta deflagre entre coligações imperialistas ou contra a URSS.»<sup>56</sup>

No XV Congresso do PCU(b) (2-19 de Dezembro de 1927), Stáline concretiza as suas ideias sobre a inevitabilidade de uma nova guerra imperialista.<sup>57</sup> O desenvolvimento da crise decorria assimetricamente. Havia alguns países capitalistas “que não andam, dão saltos em frente, deixando para trás o nível anterior à guerra, por exemplo os EUA e em parte o Japão.»<sup>58</sup>

O capital tinha êxitos no que diz respeito ao crescimento da produção e do comércio, na área do melhoramento da tecnologia da produção, do progresso técnico, na racionalização da produção, observando-se um reforço dos grandes *trusts* e a criação de novos poderosos cartéis monopolistas, mas simultaneamente o mercado mundial, a sua capacidade de absorção, mantinha-se inalterável. Daqui decorria «a mais profunda e aguda crise do capitalismo mundial, prenhe de novas guerras.»<sup>59</sup>

---

<sup>53</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

<sup>54</sup> Idem, ibidem, p. 43. [Idem, ibidem, p. 49. (N. Ed.)]

<sup>55</sup> Idem, p. 44. [Idem, ibidem, p. 49-50. (N. Ed.)]

<sup>56</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem, p. 50. (N. Ed.)]

<sup>57</sup> SW 10/235 – 244. [«Relatório Político do Comité Central ao XV Congresso do PCU(b)», 3 de Dezembro de 1927, I.V. Stáline, *Obras*, Moscovo, 1949, tomo 10, pp. 69-85. (N. Ed.)]

<sup>58</sup> Idem, ibidem, p. 236. [Idem, ibidem, p. 272. (N. Ed.)]

<sup>59</sup> Idem, ibidem, p. 237 e seg. [Idem, ibidem, p. 274. (N. Ed.)]

*«Num contexto de estabilidade parcial agrava-se a crise do capitalismo, a crise crescente desfaz a estabilização – é esta a dialéctica do desenvolvimento do capitalismo no presente momento histórico.»<sup>60</sup>*

*«(...) Daqui decorre a tendência “geral” para uma nova repartição dos mercados e das fontes de matérias-primas. Não é preciso demonstrar que os mercados asiáticos e as suas rotas são a principal arena da luta. Daqui resulta uma série de problemas-chave que constituem focos inteiros de novos conflitos. Daqui surge a chamada questão do Pacífico (antagonismo América-Japão-Inglaterra), como fonte de disputa pela supremacia na Ásia e nas suas rotas. Daqui a questão do Mediterrâneo (antagonismo Inglaterra-França-Itália) como fonte de disputa pela supremacia nas costas do Mediterrâneo, como fonte de disputa pela rota mais curta para o Oriente. Daqui a agudização da questão do petróleo (antagonismo Inglaterra-América), uma vez que sem petróleo não se pode combater, e quem tiver vantagem no domínio do petróleo, tem hipóteses de vencer a próxima guerra.»*

De acordo com a imprensa inglesa, Chamberlain acabava de apresentar um plano para solucionar a questão do Mediterrâneo, segundo o qual o «mandato» da França sobre a Síria devia ser transferido para a Itália, Tânger passaria para a França em troca de uma indemnização financeira a favor de Espanha, a Alemanha recuperaria os Camarões e a Itália obrigada a deixar de «fazer barulho» por causa dos Balcãs.

*«Tudo isto sob a bandeira da luta contra os soviets. É sabido que agora não há sujeira que seja feita sem que primeiro se implique os soviets no negócio sujo.»<sup>61</sup>*

A propósito da luta pelo petróleo, Stáline citou a revista americana *World's Work*<sup>62</sup> que escrevia: *«Existe um perigo muito real para a paz e a compreensão mútua entre os povos anglo-saxónicos (...) O apoio aos homens de negócios americanos por parte do Departamento de Estado tornar-se-á inevitavelmente cada vez mais forte à medida que a sua necessidade for aumentando. Se o governo britânico se identificar com a indústria petrolífera britânica, então mais cedo ou mais tarde também o governo americano se identificará com a indústria petrolífera americana. A luta não pode ser transferida para o domínio dos governos sem que o perigo de guerra aumente exponencialmente.»<sup>63</sup>*

Nos seus prognósticos político-económicos Stáline apoiou-se nos trabalhos de Eugen Varga, que cita várias vezes. Varga tinha previsto quase até ao dia exacto a crise económica mundial de meados dos anos 20, uma excelente prestação da economia política marxista-leninista. A analogia entre as análises de Stáline sobre a luta pelo petróleo e a política belicista dos EUA no início do século XXI não necessita de mais comentários.

A Sociedade das Nações,<sup>64</sup> fundada em 14 de Fevereiro de 1919 por iniciativa do presidente dos EUA, Thomas Wilson, – à qual os próprios EUA não aderiram! – demonstrou ser totalmente incapaz de evitar a eclosão de novas guerras imperialistas. Se a ONU estará nessas condições, parece ser, de acordo com a experiência até ao momento, mais que duvidoso.

Stáline não tinha ilusões sobre a Sociedade das Nações enquanto instituição de manutenção de paz: *«Vejamos a Sociedade das Nações, que, de acordo com a hipócrita*

---

<sup>60</sup> Idem, ibidem, p. 238. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p. 241. [Idem, ibidem, p. 277. (N. Ed.)]

<sup>62</sup> Revista publicada em Garden City (Estado de Nova Iorque) entre 1899 e 1932, que representava as opiniões dos círculos dominantes da grande burguesia. Idem, p. 339, nota de rodapé 73.

<sup>63</sup> SW 10/235, p. 241. [«Relatório Político...», op. cit., p. 278. (N. Ed.)]

<sup>64</sup> A Sociedade das Nações chegou a reunir 55 Estados. Foi dissolvida em 18 de Setembro de 1946 após a fundação das Nações Unidas (ONU) em 24 de Outubro de 1945.



*imprensa burguesa e a não menos hipócrita imprensa social-democrata, é um instrumento da paz. A que conduziu o palavreado da Sociedade das Nações sobre a paz, o desarmamento e a redução dos armamentos? A nada, à exceção do embuste das massas, à exceção de uma nova escalada armamentista, à exceção de um novo agravamento de conflitos em gestação. Será que se pode considerar um acaso o facto de a Sociedade das Nações arengar há três anos sobre a paz e o desarmamento, de este falso palavreado ser apoiado há três anos pela chamada II Internacional, enquanto as “nações” se armam incessantemente, alargando os antigos conflitos entre as “potências”, acumulando novos conflitos e minando desta forma a paz?»<sup>65</sup>*

A proposta de desarmamento total, apresentada por Litvínov, Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros da URSS, na Sociedade das Nações revelou-se uma «surpresa total» para os seus membros que a adiaram para o dia de S. Nunca. Da mesma forma os «tratados de amizade» dos estados capitalistas – França com Jugoslávia, Itália com Albânia, Polónia com a Lituânia – e o «Sistema de Locarno» não eram mais do que «um sistema de preparação de novas guerras e de agrupamento das forças para futuros conflitos militares.»<sup>66</sup>

Como prova da preparação para a guerra, Stáline refere os seguintes dados estatísticos:

*«De 1913 a 1927 os efectivos dos exércitos da França, Inglaterra, Itália, EUA e Japão passaram de um milhão e 888 mil para dois milhões e 262 mil homens; no mesmo período os orçamentos militares dos mesmos países cresceram de 2345 milhões para 3948 milhões de rublos-ouro; o número de aviões operacionais destes cinco países aumentou entre 1923 e 1927 de 2655 para 4340, a tonelage dos cruzadores destes cinco países subiu de 724 mil toneladas em 1922 para 864 mil toneladas em 1926; a situação no domínio químico-militar é ilustrada pela conhecida declaração do chefe do Serviço de Guerra Química dos EUA, general Fries: “Uma bomba química de 450 kg carregada com lewisite<sup>67</sup> pode tornar inabitáveis dez quarteirões em Nova Iorque, enquanto 100 toneladas de lewisite, lançadas por 50 aviões podem tornar Nova Iorque inabitável pelo menos durante uma semana”.»<sup>68</sup>*

Era evidente que «o aumento do armamento é ditado pela inevitabilidade de novas guerras imperialistas entre as “potências”, que o “espírito bélico” constitui o conteúdo principal do “espírito Locarno”».<sup>69</sup>

Stáline terminou a sua análise sobre a preparação da guerra pelos estados imperialistas com uma referência a Lénine: «Não podemos esquecer as palavras de Lénine de que uma parte muito grande do nossa obra de construção depende de conseguirmos retardar a guerra com o mundo capitalista, a qual embora inevitável pode ser retardada, seja até que a revolução proletária amadureça na Europa, seja até que as revoluções coloniais amadureceram completamente, seja finalmente até que os capitalistas se batam entre si pela partilha das colónias.

*Por isso a manutenção de relações pacíficas com os países capitalistas constitui para nós uma tarefa obrigatória.*

---

<sup>65</sup> SW 10/242. [Idem, ibidem, p. 279. (N. Ed.)]

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p. 243. [Idem, ibidem, p. 280. (N. Ed.)]

<sup>67</sup> Lewisite, também lewisite I, é uma mistura orgânica de arsénio, contendo cloro, cuja utilização como arma química se parece com o gás mostarda. A substância provoca fortes queimaduras na pele com a formação de bolhas. O nome de lewisite deriva do químico americano Winford Lee Lewis (1879-1943). Entre os soldados era designada por «cabo da morte». (NT)

<sup>68</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem, pp. 280-281. (N. Ed.)]

<sup>69</sup> Idem, ibidem, p. 244. [Idem, ibidem, p. 281. (N. Ed.)]

*A base das nossas relações com os países capitalistas consiste na admissão da coexistência dos dois sistemas opostos.»<sup>70</sup>*

Naturalmente, Stáline sabia que uma possibilidade não era exactamente uma realidade.

### **«Pacifismo imperialista»**

Stáline aprofundou várias vezes a tese da inevitabilidade de novas guerras imperialistas, analisando repetidamente o pacifismo burguês. No texto publicado no *Leningrádskaia Pravda*, de 14 de Julho de 1928, apresentou uma nova definição do pacifismo burguês como «*pacifismo imperialista, com a sua Sociedade das Nações e as suas prédicas sobre a “paz”, a “proibição” da guerra, o palavreado sobre o “desarmamento”*», fazendo crer que a Sociedade das Nações era «*um instrumento da paz*».

*«O imperialismo pacifista é um instrumento da preparação da guerra e de encobrimento desta preparação com farisaicas frases sobre a paz. Sem este pacifismo e sem o seu instrumento, a Sociedade das Nações, a preparação de guerras nas actuais condições é impossível.»<sup>71</sup>*

Pessoas «*ingénuas*» acreditavam que o pacifismo imperialista significava que não haveria guerra. Mas a verdade estava na afirmação contrária: «*dado que o pacifismo imperialista floresce com a sua Sociedade das Nações, então decerto que haverá novas guerras e intervenções imperialistas.*»<sup>72</sup>

O «*pacifismo imperialista*» inseria-se, de acordo com a argumentação staliniana, na preparação ideológica de novas guerras. Preparações abertas, francas, de guerras de agressão imperialistas – dez anos depois da I Guerra Mundial – encontrariam uma ampla resistência das massas populares, principalmente da classe operária. Também Hitler, de acordo com a sua própria declaração, foi «*obrigado*» a falar «*de paz durante anos*».

Neste contexto, Stáline analisou a social-democracia como «*o principal veículo do pacifismo imperialista na classe operária.*»<sup>73</sup>

Esta grave condenação da social-democracia, a tese dos «irmãos gémeos», é recorrentemente considerada errada inclusive por teóricos comunistas. Mas que experiências existiam até 1928?

Os comunistas da União Soviética tinham tido a sua experiência com os mencheviques e os socialistas-revolucionários durante a Revolução de Outubro, a Guerra Civil e de Intervenção, nas quais estes se tornaram uma força contra-revolucionária. Na Alemanha a social-democracia comportava-se como parceira da reacção desde 1914: apoio aos créditos de guerra, atrocidades de Ebert, Noske, Scheidemann e outros dirigentes da social-democracia na Revolução de Novembro e na crise revolucionária do pós-guerra. Que diferença existia então entre um Noske e os bandos dos Corpos de Voluntários no período entre 1918 e 1923? Em França, Inglaterra e Itália os dirigentes dos partidos socialistas revelaram-se estabilizadores indispensáveis da ordem capitalista, forças fiéis anticomunistas e anti-

---

<sup>70</sup> Idem, ibidem, p. 250. [Idem, ibidem, pp. 288-289. (N. Ed.)]

<sup>71</sup> SW 11/178. [Sobre os resultados do Plenário de Julho do CC do PCU(b), relatório na reunião de militantes da organização de Leningrado, 13 de Julho de 1928, publicado no *Leningradskaja Pravda*, n.º 162, de 14 de Julho de 1928, I.V. Stáline, Obras, Moscovo, 1949, tomo 11, pág. 200. (N. Ed.)]

<sup>72</sup> Idem ibidem. [Idem, ibidem, p. 201. (N. Ed.)]

<sup>73</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

soviéticas. A sua diferença em relação aos partidos abertamente conservadores, reaccionários e fascistas consistia principalmente em que, nas situações críticas, prestavam-se melhor à manutenção da ordem capitalista e como força anti-soviética do que os partidos conservadores, porque a maioria dos seus membros e eleitores eram operários, empregados e parte da pequena-burguesia. Pela sua composição eram «partidos operários», mas segundo os seus dirigentes eram partidos reaccionários, contra-revolucionários. A política não era – e não é – determinada pelas «bases», – que como se sabe «pensa de maneira muito diferente!» – , mas sim pelos dirigentes, que dispõem do aparelho e das organizações ideológicas. Mesmo quando os operários descortinam a «política de coligação dos dirigentes de direita e os discursos tranquilizantes dos dirigentes «de esquerda», isto não altera em nada a política dos dirigentes de direita. A tradição, a persistência para se manter no partido em qualquer situação para talvez poder ainda mudar alguma coisa por dentro, a ligação dos sindicatos aos partidos sociais-democratas e, não o menos importante, os cultivados preconceitos e reservas anticomunistas impedem a maioria dos operários nestes partidos de consumir a ruptura revolucionária com as suas direcções.

Contra a tese de Stáline da social-democracia como «*principal veículo do pacifismo imperialista*», dos «irmãos gémeos», pode-se objectar no plano político que os operários membros destes partidos se podiam sentir atingidos, circunstância que podia ser utilizada amplamente pelos dirigentes burgueses de direita destes partidos e pelos dirigentes sindicais reformistas para a agitação anticomunista.

Esta tese tornou-se politicamente duvidosa, em especial, depois da transferência de poder na Alemanha para os fascistas de Hitler em 30 de Janeiro de 1933. Também foi eliminada no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista (25 de Julho/20 de Agosto de 1935). Na tese dos «irmãos gémeos» revela-se a contradição entre teoria e política. Stáline tinha formulado esta tese a partir da análise das relações concretas da luta de classes nos anos 20, principalmente no período da revolução e da crise revolucionária do pós-guerra, da generalização teórica das experiências dos dirigentes de direita, anticomunistas da social-democracia, e reflectia exactamente a sua actuação. Em simultâneo, a tese dos «irmãos gémeos» era politicamente duvidosa. Uma afirmação teórica correcta pode ser politicamente falsa. Tais avaliações não são, justamente, axiomas teóricos válidos para todos os tempos e condições. Devem ser calculados e avaliados continuamente em cada período histórico concreto. Com a passagem para a política frentista na França e em Espanha e a instauração das ditaduras fascistas esta tese já não reflectia correctamente as novas condições de luta.

Neste texto, Stáline desenvolve duas tarefas para os partidos comunistas: primeiro, «*luta incansável contra o social-democratismo em todas as áreas (...) desmascaramento do pacifismo burguês (...) com o objectivo de ganhar a maioria da classe operária para o comunismo.*» Segundo, «*criação de uma frente unitária de operários dos países desenvolvidos com as massas trabalhadoras das colónias para prevenir o perigo da guerra ou, quando esta eclodir, transformar a guerra imperialista em guerra civil, destruir o fascismo, derrubar o capitalismo, instaurar o poder soviético, libertar as colónias da escravatura, organizar por todos os meios a defesa da primeira República Soviética do Mundo.*»<sup>74</sup>

Nesta altura, a política da frente unitária – assim como a política da frente popular – ainda estava longe de ser elaborada. A frente unitária devia ser criada «de baixo», contra os dirigentes de direita da social-democracia, o que não conduziu ao êxito. Nesta altura, ainda

---

<sup>74</sup> Idem, ibidem, p. 179. [Idem, ibidem, p. 201. (N. Ed.)]

não havia experiência sobre a configuração das relações entre um partido revolucionário e um partido reformista.

Apoiando-se na tese de Lénine sobre guerras justas e injustas, Stáline referiu-se a este problema na sua carta a Górkí de 17 de Janeiro de 1930. Como sempre, esta tese de Lénine continua a ser rejeitada pelos pacifistas.

Depois das primeiras guerras imperialistas do século XXI contra a Jugoslávia e o Iraque, das ameaças do imperialismo dos EUA contra outros chamados «estados párias», a argumentação de Stáline nesta carta continua actual: *«Depois de termos discutido seriamente a questão da organização de uma revista especial “sobre a guerra”, concluímos que não há razão neste momento para editar uma tal revista. Consideramos que é mais adequado tratar a questão da guerra (falo da guerra imperialista) nas revistas políticas existentes. Tanto mais que as questões da guerra não devem ser separadas das questões da política, da qual a guerra é uma expressão.*

*«No que diz respeito aos relatos sobre a guerra, é necessário fazer uma grande selecção para publicar. No mercado livreiro existe uma série de contos literários que pintam “os horrores” da guerra e infundem repulsa contra qualquer guerra (não só contra a imperialista, mas também qualquer outra guerra). São contos pacifistas-burgueses que não têm muito valor.*

*«Precisamos de contos que conduzam o leitor dos horrores da guerra imperialista à necessidade da superação dos governos imperialistas, organizadores destas guerras. Além disso, com efeito, nós não somos contra qualquer guerra. Somos contra a guerra imperialista enquanto guerra contra-revolucionária. Mas somos a favor da guerra de libertação, da guerra anti-imperialista, revolucionária, não obstante o facto de uma tal guerra, como é sabido, não só não está livre dos “horrores do derramamento de sangue”, como até os produz em abundância.»<sup>75</sup>*

### **O pacto de não-agressão germano-soviético**

Nos anos 30, depois da transferência de poder para os representantes mais reaccionários do capital industrial e financeiro alemães, o perigo de guerra agravou-se incessantemente. As afirmações de Churchill são elucidativas da avaliação que fazia da política do governo soviético dirigido por Stáline. Churchill nunca escondeu o seu ódio pelo comunismo e a União Soviética e não é suspeito de nenhuma simpatia pelo comunismo. Churchill, aliás, não percebia nada de comunismo, como referiu a jornalista americana Virgínia Cowles. Também não lera uma linha das obras de Marx, Engels e Lénine. Porém, Churchill sentenciou: *«A teoria comunista»* era *«um recuo aos tempos mais negros.»<sup>76</sup>*

Lénine referiu-se a Churchill no seu discurso na Conferência de Presidentes dos Comitês Executivos, em 15 de Outubro de 1920: *«O ministro inglês da Guerra Churchill utiliza há já vários anos todos os meios legais, e ainda mais os ilegais, do ponto de vista das leis*

---

<sup>75</sup> SW 12/155 e seg. [«Carta a A.M. Górkí», 17 de Janeiro de 1930, I.V. Stáline, *Obras*, Moscovo 1949, tomo 12, pp. 175-176 (N. Ed.)]

<sup>76</sup> Virgínia Cowles (jornalista dos EUA), *Winston Churchill. O Homem e o seu Tempo*, Viena/Munique/Basileia, 1954, p. 266. Citado de acordo com Vladímir G. Trukhanovski, *Winston Churchill, Uma Biografia Política*, Moscovo, 1968, tradução alemã, Colónia, 1987, p. 170.

*inglesas, para apoiar todos os guardas brancos contra a Rússia e fornecer-lhes equipamento militar. É quem mais odeia a Rússia Soviética».*<sup>77</sup>

Mas também uma Rússia burguesa poderosa não era nada a seu gosto. Lênine dizia que, no Outono de 1920, o governo inglês estava interessado em colocar «*sob a sua influência os novos pequenos estados – Finlândia, Estónia, Letónia e Lituânia*» e assim não estava «*nada interessado na restauração de uma Rússia tsarista ou de guardas brancos ou ainda que fosse burguesa*».<sup>78</sup> Pelo contrário, uma tal Rússia até lhes traria desvantagens.

Em condições diferentes, isto é válido ainda no século XXI. Os actuais governos dos EUA e da Grã-Bretanha, assim como alguns estados da NATO, principalmente a Polónia, não estão nada interessados numa Rússia poderosa. As primeiras contradições sérias entre o imperialismo actual da Rússia e o dos EUA tornaram-se claras no início do século XXI, com o alargamento da NATO para Leste, na guerra do Iraque, nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Estas contradições continuarão inevitavelmente a agudizar-se, apesar das declarações de «amizade» ocasionais e «apertos de mão» entre Pútine e Bush.

Churchill já tinha compreendido nos anos 30 que a Alemanha fascista representava um perigo não só para a União Soviética mas também para a Grã-Bretanha. Aí distinguiu-se de Chamberlain, o então primeiro-ministro da Grã-Bretanha. Churchill e Chamberlain desejavam ambos atizar a União Soviética e a Alemanha uma contra a outra, de forma a que numa tal guerra a União Soviética fosse destruída e a Alemanha enfraquecida, para que a Grã-Bretanha pudesse afirmar a sua posição no mundo. A diferença entre ambos consistia nos métodos. Chamberlain, através da política de «*appeasement*» (política de tranquilização, UH), procurava orientar Hitler na direcção do Leste, principalmente contra a União Soviética. O antigo embaixador soviético na Grã-Bretanha, I.M. Maíski, escreveu, nas suas memórias, sobre a política britânica: «*Na realidade, na transcrição da conversa entre Hitler e Halifax, em 17 de Novembro de 1937, publicada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS em 1948, é perfeitamente claro que Halifax, em nome do governo britânico, propôs a Hitler um género de aliança na base de um “pacto a quatro” e da concessão de carta branca na Europa Central e de Leste. Halifax declarou designadamente que “não se devia excluir qualquer possibilidade de alteração da actual situação” na Europa, precisando mais adiante que “nestas questões incluem-se Danzig, a Áustria e a Checoslováquia.*»<sup>79</sup>

Churchill considerava esta política perigosa, considerando que perigos que vinham da Alemanha fascista para a Grã-Bretanha eram ainda maiores do que os que vinham da União Soviética. (Note-se aqui à margem que da URSS não vinha perigo algum. A existência da URSS exercia influência na classe operária britânica, mas isso é uma outra questão. Manifestamente Churchill não sobrevalorizava esta influência.)

A decisão de Churchill por uma política consequente contra a Alemanha fascista foi dada pelo Acordo de Munique, em 29 de Setembro de 1938 (Hitler, Mussolini, Daladier, Chamberlain) sobre a divisão da Checoslováquia.

---

<sup>77</sup> LW 31/314. [«Discurso na conferência de presidentes de comités executivos da gubérnia de Moscovo», 15 de Outubro de 1920, *Pravda*, n.º 232, 17 de Outubro de 1920, V.I. Lênine, *Obras Completas*, Moscovo, 1981, tomo 41, pp. 349-350. (N. Ed.)]

<sup>78</sup> Idem, ibidem, p. 315. [Idem, ibidem, p. 350. (N. Ed.)]

<sup>79</sup> I.M. Maíski, *Memórias de um Embaixador Soviético, 1925-1945*, Moscovo, 1964 e 1965, Berlim 1967, p. 408. [Tradução cotejada com o original russo, ed. Nauka, Moscovo, 1971; Tachkent, Uzbequistão, 1980, p. 291. (N. Ed.)]

Nas suas memórias, Churchill cita uma declaração do Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros, Litvínov, que este tinha feito perante a Sociedade das Nações, em 21 de Setembro de 1938: «*Temos a intenção de cumprir com as nossas obrigações decorrentes do pacto e, juntamente com a França, prestar assistência à Checoslováquia com os meios que dispomos. O nosso Ministério da Guerra está pronto a participar de imediato num encontro com os representantes dos ministérios da Guerra francês e checoslovaco, com vista a discutir as medidas adequadas ao momento actual*».<sup>80</sup>

Já em 2 de Setembro de 1938, Litvínov tinha pedido ao Encarregado de Negócios francês em Moscovo (o embaixador Naggiar estava ausente) que informasse o governo francês «*de que o governo da URSS, no caso de uma invasão alemã à Checoslováquia, cumpriria as suas obrigações resultantes do pacto de assistência mútua soviético-checoslovaco de 1935 e prestaria ajuda militar à Checoslováquia. Dado porém que, de acordo com as disposições deste Pacto, a obrigação de assistência da URSS só seria efectiva se em simultâneo a França, igualmente ligada à Checoslováquia por um pacto de assistência, intervisse militarmente contra a Alemanha, o governo soviético desejaria conhecer as intenções do governo francês na actual situação. Pelo seu lado, o governo soviético propunha ao governo francês a convocação imediata de uma cimeira de representantes dos estados-maiores soviético, francês e checoslovaco para elaboração das medidas necessárias*».<sup>81</sup>

O governo soviético cumpriu o pacto assinado em 2 de Maio de 1935 com a França e com a Checoslováquia de prestação de assistência militar no caso de uma agressão da Alemanha fascista. Maíski refere que, mais ou menos na mesma altura, «*Stáline informou o presidente da Checoslováquia, Benes, através de Klement Gottwald como o próprio declarou mais tarde, que a União Soviética estava preparada para prestar ajuda armada à Checoslováquia, mesmo que a França o recusasse*».<sup>82</sup>

Churchill censurou o ministro dos Negócios Estrangeiros francês Laval por «*nunca ter tido a intenção*» de «*vincular a França a nenhum compromisso concreto que era hábito os soviéticos exigirem*».<sup>83</sup> Assim, «*enquanto factor de segurança europeia, o pacto franco-soviético, que não continha obrigações vinculativas para ambas as partes em caso de agressão alemã, apresentava apenas vantagens limitadas. Uma verdadeira aliança com a Rússia nunca se concretizou*».

Laval tinha estado no funeral de Pilsudski em Cracóvia, onde «*se encontrou com Goering, com quem conversou muito cordialmente. As suas expressões de desconfiança e de aversão aos soviéticos foram devidamente comunicadas a Moscovo através dos canais alemães*».<sup>84</sup>

O governo soviético dera uma resposta «*clara afirmativa*» à pergunta do governo checoslovaco sobre «*se a União Soviética estava pronta, de acordo com o pacto soviético-checoslovaco, a prestar assistência imediata e efectiva à Checoslováquia, caso a França, fiel às suas obrigações, prestasse uma assistência similar*».<sup>85</sup>

---

<sup>80</sup> Winston S. Churchill, *A II Guerra Mundial*, Berlim-Munique-Viena, edição de 1989, p. 156. [Tradução cotejada com o original Inglês, Winston Churchill, *The Second World War*, Houghton Mifflin Company, edição de 1986, Volume I, p. 273 (N. Ed.)]

<sup>81</sup> Maíski, op. cit., p. 412. [Ed. cit, p. 299. (N. Ed.)]

<sup>82</sup> Idem, ibidem p. 413. [Por motivos que desconhecemos esta passagem não consta na edição soviética que temos vindo a cotejar. (N. Ed.)]

<sup>83</sup> Churchill, op. cit., p. 85. [Ed. cit., pp. 121-122. (N. Ed.)]

<sup>84</sup> Idem, ibidem. [ed. cit., p. 122. (N. Ed.)]

<sup>85</sup> Idem, ibidem, p. 156. [ed. cit., p. 274. (N. Ed.)]

Esta declaração inequívoca foi completamente ignorada por Chamberlain. Churchill criticou este comportamento do primeiro-ministro britânico:

*«A proposta soviética foi com efeito ignorada. Os soviéticos não foram colocados na balança contra Hitler e foram tratados com indiferença – para não dizer desprezo – o que deixou uma marca na memória de Stáline. Os acontecimentos seguiram o seu curso como se a Rússia Soviética não existisse. Mais tarde pagámos isto caro.»<sup>86</sup>*

Maiski confirmou estas afirmações de Churchill nas suas memórias:

*«Com efeito, o que era realmente importante, nomeadamente a atitude da Inglaterra na arena internacional, provocou-nos, como não podia deixar de ser, séria preocupação e indignação. Em Munique, o famigerado Pacto dos Quatro, dirigido contra a URSS, tinha-se de facto realizado na sua variante mais ignóbil e repugnante, um Pacto dos Quatro, no qual as ditaduras fascistas davam indiscutivelmente o tom, os representantes da Inglaterra e da França, pelo contrário, seguiam as suas ordens. E como foi característico o comportamento do governo britânico naqueles críticos dias de Setembro! Não tentou uma única vez sequer conferenciar com o governo da URSS sobre a questão checoslovaca e sobre a paz europeia. Todas as conversações de Chamberlain com Mussolini, as suas viagens para encontros com os ditadores fascistas, os seus acordos com eles, incluindo o Acordo de Munique – tudo isto aconteceu nas costas do Governo soviético, que não foi informado uma única vez sobre os acontecimentos. A única vez que Halifax entrou em contacto comigo para falar dos acontecimentos de Setembro foi em 29 de Setembro, ou seja, numa altura em que Chamberlain se encontrava em Munique e a destino da Checoslováquia já se encontrava selado. De que se tratou nesta conversa? Da posição da Inglaterra na questão checoslovaca? Sobre as perspectivas e deliberações do acordo com a Alemanha e a Itália? Nada disso! Na sua conversa em 29 de Setembro, Halifax queria que eu me considerasse as razões que levaram a Inglaterra e a França a declararem-se disponíveis para uma conferência com os ditadores fascistas sem a URSS, mas a sua tentativa de justificação era ela própria a acusação mais grave contra a política de Chamberlain. Aqui a transcrição literal do que Halifax disse, citado de acordo com as suas próprias notas:*

*”Todos nós temos que levar em conta os factos e um destes factos, como ele (isto é, eu – I.M.) bem sabe, é que os líderes dos governos alemão e italiano, na situação actual, não estariam dispostos a participar numa conferência juntamente com o governo soviético. Parece-nos ser excepcionalmente importante – e creio que para ele também – que as questões litigiosas, com vista a se evitar a guerra, sejam resolvidas por via de negociações. Foi exactamente esta consideração que levou o primeiro-ministro, ontem, a dirigir-se a Hitler apelando à convocação de uma conferência, para a qual possam ser convidados também outros, caso Hitler o deseje.”<sup>87</sup>*

Desde o Acordo de Munique, no Outono de 1938, que Churchill, segundo ele próprio afirma, se esforçava por incluir a União Soviética numa coligação contra a Alemanha fascista – o que em nada alterou as suas reservas anticomunistas e anti-soviéticas.

Mas Churchill era realista, uma aliança militar com a União Soviética parecia-lhe ser necessária para salvaguardar a posição de potência mundial da Grã-Bretanha, que ele via ameaçada pela Alemanha. Não havia manifestamente nenhum inconveniente em que o Exército Vermelho sangrasse pelos interesses do imperialismo britânico.

---

<sup>86</sup>Idem, Ibidem, p. 157. [ed. cit., p. 274-275. (N. Ed.)]

<sup>87</sup> Maiski, op. cit., p. 420 e seg. [Por motivos que desconhecemos, apenas o último parágrafo desta passagem se encontra na edição soviética que temos vindo a cotejar, p. 315. (N. Ed.)]

Churchill declarou peremptoriamente que os governos francês e britânico tinham a responsabilidade de não se ter constituído uma aliança militar entre a Grã-Bretanha, França e a União Soviética em 1939. Co-responsáveis eram também os governos da Polónia e da Roménia, que não deram autorização às tropas soviéticas para atravessar o respectivo território no caso de uma agressão alemã. O governo soviético tinha anunciado inequivocamente que só participaria num pacto de assistência mútua se fossem incluídos numa garantia geral a Finlândia e os estados bálticos, cujos governos anti-soviéticos inveterados recusaram. Ao contrário, em 7 de Junho, os governos da Estónia e da Letónia assinaram pactos de não-agressão com a Alemanha.<sup>88</sup>

Em 12 de Junho, o governo Chamberlain incumbiu um «funcionário competente», William Strang, mas «desconhecido fora do Ministério dos Negócios Estrangeiros», de ir a Moscovo com a importante missão de procurar um entendimento com a União Soviética. «O envio de uma figura tão subalterna», escreveu Churchill, «foi entendido como uma ofensa».<sup>89</sup> Por iniciativa do governo soviético, as conversações militares com os representantes francês e britânico deviam continuar.

«Em 10 de Agosto, o governo britânico enviou o almirante Drax com uma missão a Moscovo. **Estes oficiais não tinham autoridade por escrito para negociar.** A missão francesa foi encabeçada pelo general Doumenc.»<sup>90</sup>

É Churchill que o diz. Os resultados são conhecidos. Em 23 de Agosto foi assinado o pacto de não-agressão germano-soviético.

Churchill declarou posteriormente que teria sido possível um acordo com a União Soviética. «O facto de tal acordo [entenda-se pacto de não-agressão germano soviético (N. Ed.)] ter podido ser feito marca o culminar do fracasso da política externa britânica e francesa e da diplomacia ao longo de vários anos.»<sup>91</sup>

«Do lado soviético deve-se dizer que eles tinham uma necessidade vital de manter a zona de concentração dos exércitos alemães o mais longe possível para Ocidente, de modo a dar mais tempo aos russos para juntar as suas forças a partir de todas as partes do seu imenso império. Tinham a memória viva dos desastres sofridos pelos seus exércitos em 1914, quando se precipitaram para atacar os alemães num momento em que apenas tinham feito parte da mobilização. Agora, porém, as suas fronteiras encontravam-se muito mais a Leste do que na guerra anterior. Precisavam de ocupar os estados bálticos e uma grande parte da Polónia, pela força ou pelo engano, antes de eles próprios serem atacados. Se a sua política foi de sangue-frio, ela foi também nesse momento realista em alto grau.»<sup>92</sup>

O antigo embaixador dos EUA na União Soviética, Joseph E. Davis confirmou, pelo seu lado, as afirmações de Churchill. O governo soviético «procurou diligente e vigorosamente manter uma frente comum enérgica contra os agressores e foi um defensor sincero da “indivisibilidade” da paz.

«A competente batalha de Litvínov pela paz e pelas ideias democráticas na Sociedade das Nações e a atitude vigorosa do governo da União Soviética de estar preparada para combater pela Checoslováquia foram indicações da verdadeira sinceridade da sua intenção e de um alto grau de nobreza de espírito.» Davies descreve depois o comportamento dos

---

<sup>88</sup> Churchill, op. cit., p. 181. [Ed. cit., p. 340. (N. Ed.)]

<sup>89</sup> Idem, ibidem, p. 185. [Ed. cit., p. 347. (N. Ed.)]

<sup>90</sup> Idem, ibidem, sublinhado meu. [Ed. cit., p. 348. (N. Ed.)]

<sup>91</sup> [Idem, ibidem, Ed. cit., p. 351. (N. Ed.)]

<sup>92</sup> Idem, p. 187.



governos inglês e francês em relação aos russos no Acordo de Munique como algo que era «visivelmente uma política de “alfinetadas” e uma atitude de superioridade e desdém (...).

«Da política de “apaziguamento” resultou uma desconfiança ainda maior, pelo menos no que diz respeito ao governo soviético, sobre a capacidade, as intenções ou mesmo sobre a “palavra dada” do governo de Chamberlain ou do governo de Daladier.

«As propostas soviéticas de “uma aliança realista” para parar Hitler foram rejeitadas pelo governo de Chamberlain em consideração pelos sentimentos dos polacos e estados bálticos (...).

«Estes acontecimentos serviram para alimentar a suspeita e aumentar o descontentamento dos realistas dirigentes soviéticos, incluindo Stáline. Manifestamente fartaram-se de tentar deter o agressor participando nos assuntos europeus e, caracteristicamente, inverteram a sua atitude decidindo assegurar a sua posição através da conclusão do pacto de não-agressão com a Alemanha, o qual deverá assegurar a paz à Rússia, pelo menos por enquanto, independentemente de qualquer possibilidade de guerra na Europa.»<sup>93</sup>

Restam os muito discutidos chamados acordos adicionais ao pacto de não-agressão, nos quais foram estabelecidas as linhas de demarcação entre o exército alemão e o Exército Vermelho. Estes não trataram apenas de medidas de defesa necessárias à União Soviética. O conhecido historiador marxista, Kurt Gossweiler, analisou-os sob dois aspectos:

«Do ponto de vista da justiça nacional e histórica a “delimitação das esferas de interesses” significou a reparação da anexação violenta de territórios ucranianos e bielorrussos efectuada em 1920 pela Polónia de Pilsudski, já que a linha de delimitação final de 1939 coincidia exactamente com a linha que o então ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Curzon, propusera nas negociações de paz de 1919, considerando pontos de vista étnicos, como linha de fronteira Leste para o reconstruído Estado polaco.»<sup>94</sup>

«Mas o mais importante – e este foi para mim o ponto decisivo logo em 1939 – é que este passo da União Soviética do ponto de vista de classe não só era legítimo, mas também ousado e revolucionário. Ele não só frustrou – como se demonstrou rapidamente – intrigas imperialistas, mas também limitou simultaneamente a zona de influência do fascismo alemão e a do imperialismo e alargou a do socialismo, rompendo assim o “cordon sanitaire”<sup>95</sup>, que o imperialismo tinha colocado à volta do Estado soviético desde o Báltico ao Mar Negro, e foi buscar de novo à zona de domínio imperialista todos os territórios que depois da I Guerra Mundial, devido à fraqueza do jovem poder soviético, lhe tinham sido arrancados violentamente.»<sup>96</sup>

Com a assinatura do pacto de não-agressão germano-soviético, fracassou a política do governo de Chamberlain de provocar a rivalidade entre a Alemanha e a União Soviética, para que se destruíssem mutuamente numa guerra ou pelo menos se enfraquecessem consideravelmente. Os imperialistas britânicos e franceses encontravam-se agora sós perante

---

<sup>93</sup> Joseph E. Davies, Como Embaixador dos EUA em Moscovo, relatos autênticos e secretos sobre a União Soviética até Outubro de 1941, Zurique, 1941, p. 352 e seg. [*Mission to Moscow*, by the former U.S. ambassador to Russia, Joseph E. Davies, The Blakiston Company, Philadelphia, Pocket Books, Nova Iorque, Novembro de 1943, 6ª edição. pp. 398-399. (N. Ed.)]

<sup>94</sup>Kurt Gossweiler, *Observações sobre o Pacto de Não-Agressão germano-soviético de 1939*. In: Kurt Gossweiler, *Contra o Revisionismo, Artigos, Conferências, Cartas de seis decénios*, Munique, 1997, p. 182. Aconselha-se a leitura integral destas «Observações...» p. 157-191.

<sup>95</sup> Em francês no original, cordão sanitário. (N. Ed.)

<sup>96</sup>Idem, *ibidem*, p. 183.

o imperialismo alemão, que tinham reforçado com o seu estúpido anti-sovietismo. Como diz o povo, «o tiro saiu-lhes pela culatra». Daqui vem toda a gritaria sobre o «pacto do demónio» dos «dois ditadores» e a grotesca mentira histórica de que Stáline, com a assinatura do pacto de não-agressão tornou possível a II Guerra Mundial.

Com este pacto o governo soviético ganhou tempo precioso. Stáline não se deixou de forma nenhuma enganar por Hitler, como afirma uma outra disparatada mentira histórica. Stáline sabia muito bem que a União Soviética tinha simplesmente ganho tempo, tinha prolongado a pausa respiratória.

A questão estratégica importante era conseguir determinar o momento provável da esperada invasão da *Wehrmacht* alemã.

### Guerras imperialistas nos anos 30

Depois da vitória eleitoral dos partidos da Frente Popular em Espanha, em 16 de Fevereiro de 1936, os fascistas de Franco fizeram um *putsch* e iniciaram a guerra civil a partir de Marrocos, em 10 de Julho. Para além da intervenção militar da Itália e Alemanha na Guerra Civil ao lado de Franco, 27 governos europeus decidiram uma política de «não intervenção»! Os governos da Grã-Bretanha e da França impediram a venda de armas ao governo republicano eleito democraticamente. Esta política do governo britânico teve a concordância de Churchill. A ajuda das Brigadas Internacionais, entre elas o «Batalhão Thälmann», assim como voluntários do Exército Vermelho, não pôde, apesar da sua acção na frente, com enormes sacrifícios, evitar a vitória dos fascistas em Janeiro de 1938. Os governos britânico e francês reconheceram formalmente o governo de Franco em 27 de Fevereiro; a 1 de Abril seguiu-se o reconhecimento pelo governo dos EUA.

Em 3 de Outubro de 1935 iniciou-se a guerra de agressão da Itália contra a Etiópia. Nem a Sociedade das Nações, nem os governos britânico e francês deram passos sérios para impedir a agressão. Em Abril de 1939, a Itália ocupou a Albânia.

Os imperialistas japoneses já antes tinham participado na Guerra de Intervenção contra a Rússia Soviética, para se apoderarem dos territórios do Extremo Oriente da RSFSR [República Soviética Federativa Socialista Russa]. Só em 1922, o Exército Revolucionário do Povo da República no Extremo-Oriente conseguiu obrigar os japoneses a retirar. No final dos anos 20, o Japão iniciou novas agressões, em primeiro lugar contra a China. Em 1931, tropas japonesas invadiram a Manchúria e instauraram aí o Mandchuko, Estado marioneta dependente do Japão. Em 1933, o Japão abandona a Sociedade das Nações. Em 1936, o governo japonês assinou o «Pacto Anti-Komintern».<sup>97</sup>

Com a invasão militar da China, o Japão iniciou a guerra sino-japonesa de 1937, que durou até à capitulação incondicional do exército de Kwantung perante o Exército Vermelho

---

<sup>97</sup> O Pacto Anti-Komintern foi assinado em 25 de Novembro de 1936 entre a Alemanha e o Japão. Dirigia-se contra a União Soviética, a Internacional Comunista, contra movimentos democráticos. Com o Pacto Anti-Komintern, a Alemanha e o Japão ambicionavam a conquista do domínio do mundo. Prepararam com o apoio amigável das grandes «democracias» as suas guerras de agressão. As «democracias» esperavam dirigir os estados anti-Komintern contra a URSS. A Itália aderiu ao Pacto Anti-Komintern, em 6 de Novembro de 1937, seguiram-se a Hungria e o Mandchuko em Fevereiro de 1939, a Espanha de Franco em Março de 1939 e os regimes fascistas da Bulgária, Finlândia e Roménia em Novembro de 1941. Os países ocupados pela *Wehrmacht*, Dinamarca, Croácia e a Eslováquia foram igualmente «vinculados» ao Pacto Anti-Komintern pelo Governo alemão.

em 10 de Setembro de 1945. Com as acções militares contra a China, os imperialistas japoneses entraram em sérias contradições de interesses com os imperialistas britânicos e americanos, que, porém, não desencadearam nenhuma acção contra o agressor, esperando ainda poder dirigir o Japão exclusivamente contra a URSS. De início este cálculo parecia resultar.

Em Julho de 1938, as tropas japonesas chegaram ao Lago de Khassan, nas proximidades de Vladivostok, em território soviético. Em Agosto foram rechaçadas pelas tropas soviéticas para lá da fronteira.

Em 13 de Maio de 1939, os imperialistas japoneses tentaram de novo uma agressão, desta vez por atalhos, ao invadirem a região de Khalkhin-Gol, na República Popular da Mongólia.

Conforme o acordo de assistência da URSS com a República Popular da Mongólia (RPM), de 12 de Março de 1936, no qual o governo da URSS se obrigara a defendê-la face a qualquer agressão estrangeira, o Exército Vermelho, fiel ao acordo, prestou auxílio militar.

A invasão da RPM pelo 6.º Exército japonês não foi um simples conflito fronteiriço. Tratou-se de uma guerra. Foi a primeira agressão militar de uma potência imperialista contra a URSS, depois da Guerra de Intervenção. A pausa respiratória da URSS terminara. Reside nisto o significado político e militar da guerra em Khalkhin-Gol. Registe-se pois a avaliação desta guerra pelo marechal da União Soviética, G. K. Júkov, que comandou as tropas do Exército Vermelho em Khalkhin-Gol, na sua primeira conversa com Stáline:

*«Depois de me cumprimentar, acendendo o seu cachimbo, I.V. Stáline perguntou-me de imediato:*

*«– Como avalia o exército japonês?*

*«– O soldado japonês, que se bateu contra nós em Khalkhin-Gol, está bem treinado, particularmente para o combate a curta distância, – respondi. – É disciplinado, cumpridor e persistente no combate, especialmente na defesa. Os comandos subalternos estão muito bem treinados e lutam fanaticamente. Em regra não se entregam como prisioneiros e não hesitam em cometer “harakiri”. O corpo de oficiais, especialmente os oficiais do estado-maior e os generais, está mal preparado, tem pouca iniciativa e tende a actuar rotineiramente.*

*No que respeita ao nível técnico do exército japonês, considero-o ultrapassado. Os tanques japoneses, que correspondem ao nosso MS-1, estão completamente obsoletos, mal equipados e têm um raio de acção reduzido. Tenho igualmente que dizer que no início da campanha a aviação japonesa bateu a nossa aviação. Os aviões deles foram superiores aos nossos enquanto não recebemos o “Tcháika”<sup>98</sup> melhorado e o I-16. Mas quando chegou o grupo de aviadores, heróis da União Soviética, sob o comando de Smuchkévitich, o nosso domínio no ar tornou-se evidente. Há que sublinhar que tivemos perante nós as chamadas unidades seleccionadas do exército imperial japonês.*

*Stáline ouviu tudo muito atentamente e depois perguntou:*

*– Como agiram as nossas tropas?*

*– As nossas tropas regulares bateram-se bem. Lutaram particularmente bem a 36ª Divisão motorizada sob o comando de Petrov e a 57ª Divisão de Infantaria de Galánine, vinda do Transbaikal.<sup>99</sup> A 82ª Divisão de Infantaria, que veio dos Urais, combateu mal no início. Havia nas suas fileiras soldados e comandantes mal treinados. Esta divisão foi constituída na Mongólia e completada com recrutas pouco antes do seu transporte.*

---

<sup>98</sup> Polikarpov I-15, avião de caça ao qual devido à sua forma foi dado o nome de «Tcháika», gaivota. (NT)

<sup>99</sup> Região administrativa da Rússia na Sibéria. (NT)

*As brigadas de tanques bateram-se muito bem, especialmente a 11ª chefiada pelo comandante de brigada e Herói da União Soviética, Iákovlev, mas os tanques BT-5 e BT-7 são demasiado inflamáveis. Se não estivessem à minha disposição as duas brigadas de tanques e as três brigadas de blindados, não teríamos certamente podido cercar e derrotar tão rapidamente o 6º Exército japonês. Considero que precisamos de aumentar sensivelmente o número de tanques e de tropas mecanizadas na composição das nossas forças armadas.*

*A nossa artilharia foi superior em todos os aspectos à japonesa, especialmente em tiro. No seu conjunto as nossas tropas são bastante acima das japonesas.*

*As tropas mongóis, que receberam experiência, ténpera e auxílio do Exército Vermelho, bateram-se bem, em particular o grupo de blindados no monte Bain-Tsagan. É preciso dizer que a cavalaria mongol foi sensível aos ataques da aviação e ao fogo de artilharia e sofreu grandes baixas.*

*– Que ajuda lhe deram Kulik, Pavlov e Vóronov? – perguntou Stáline.*

*– Vóronov deu uma boa ajuda no planeamento do fogo de artilharia e na organização do transporte de munições. No que diz respeito a Kulik, não consigo mencionar nenhum trabalho útil da sua parte. Pavlov ajudou os nossos tanquistas, partilhando com eles a experiência que ganhou em Espanha.*

*Observava atentamente I.V. Stáline e pareceu-me que me ouvia com interesse. Continuei:*

*– Para todas as nossas tropas, para os comandantes das unidades e para mim pessoalmente, os combates contra os japoneses em Khalkhin-Gol foram uma grande escola de experiência de combate. Penso também que o lado japonês irá agora retirar conclusões mais justas sobre a força e capacidade do Exército Vermelho. (...)*

*«– Diga-me, que dificuldades enfrentaram as nossas tropas em Khalkhin-Gol? –, interveio M. I. Kalínine na conversa.*

*«– As principais dificuldades estiveram relacionadas com questões do abastecimento material e técnico. Tivemos que transportar tudo o que era preciso para o combate e para a subsistência das tropas numa distância entre 650 a 700 quilómetros. As bases de abastecimento mais próximas encontravam-se no território da Região Militar do Transbaikal. Mesmo a lenha para a cozinha tinha de ser transportada mais de 600 quilómetros. A distância de ida e volta era de 1300 a 1400 quilómetros, daí o enorme consumo de gasolina, que também tinha de ser transportada da União Soviética.*

*O Conselho Militar da Região de Transbaikal, o coronel-general Chtern e o seu aparelho ajudaram-nos muito a superar estas dificuldades. Os mosquitos, muito numerosos em Khalkhin-Gol, foram uma grande contrariedade. À noite comiam-nos literalmente. Os japoneses protegiam-se com mosquiteiros especiais. Nós não os possuíamos e preparámo-los muito mais tarde.»*

*– Qual era, na sua opinião, o objectivo principal do governo japonês ao organizar a invasão? – perguntou Kalínine.*

*– O objectivo imediato era ocupar o território da RPM [República Popular da Mongólia] no outro lado do rio Khalkhin-Gol e depois construir aí uma linha fortificada para proteger a projectada segunda linha férrea de importância estratégica, que deverá passar a Oeste da Linha Férrea da China Oriental até à nossa fronteira do Transbaikal.*

*– Agora você tem experiência de combate – disse Stáline. – Assuma o comando da Região Militar de Kíev e utilize sua experiência no treino das tropas.*

*Enquanto estive na RPM não tive possibilidade de estudar em pormenor os combates, o curso das operações militares entre a Alemanha fascista e o bloco franco-britânico. Aproveitando a ocasião, perguntei:*

*– Como interpretar o carácter extremamente passivo da guerra no Ocidente e que desenvolvimento provável terão os acontecimentos militares no futuro?*

*Stáline sorriu com malícia e respondeu:*

*– O governo francês de Daladier e o governo britânico de Chamberlain não querem envolver-se seriamente na guerra contra Hitler. Ainda esperam incitar Hitler para uma guerra contra a União Soviética. Quando em 1939 se recusaram a criar connosco um bloco anti-Hitler, não quiseram atar as mãos de Hitler na sua agressão contra a União Soviética. Mas disto não resultará nada. Vão ter eles próprios que pagar pela a sua política imprevidente.*

*Naquela noite, ao regressar ao Hotel Moskva, estive longamente sem conseguir adormecer, permanecendo sob o efeito desta conversa.*

*A aparência de Stáline, a sua voz baixa, a concreção e a profundidade das suas opiniões, o seu conhecimento das questões militares, a atenção com que ouvira o meu relatório causaram-me uma grande impressão.<sup>100</sup>*

As forças anti-soviéticas que dominavam a Finlândia, dirigidas pelo general barão von Mannheim, tinham tornado o país numa zona de concentração do bloco franco-britânico e do imperialismo alemão contra a URSS. Numa conversa, em Junho de 1939, com o general K.A. Meretskov, mais tarde marechal da União Soviética, Stáline manifestou sérias preocupações sobre a situação na fronteira finlandesa.

A situação era «alarmante». Na esperada guerra, a Finlândia podia ser o ponto de partida de ambos os principais grupos burgueses, o franco-inglês e o alemão, para acções inimigas contra a União Soviética. Leninegrado encontrava-se na zona de fogo da artilharia inimiga.

No lado finlandês construíam-se fortificações e estradas estratégicas. No Verão de 1939 a Finlândia mobilizou as suas forças armadas, que eram «aconselhadas» por oficiais ingleses – franceses e alemães, num momento em que a II Guerra Mundial já se tinha iniciado entre estas duas potências. A defesa de Leninegrado era um imperativo da segurança nacional da URSS. O Governo soviético tinha proposto, em Outubro de 1939, um pacto de assistência mútua e uma troca de territórios ao governo finlandês, para transferir a fronteira fino – soviética junto a Leninegrado mais para Norte, no istmo da Carélia até à região de Víborg. A Finlândia devia receber em troca um território sete vezes maior, a Noroeste do Lago Onega. O governo finlandês recusou ambas as propostas. Meretskov recorda: «*Em 26 de Novembro, recebi um relatório especial informando que os finlandeses tinham feito fogo de artilharia, perto da localidade de Maínila, contra os nossos guardas fronteiriços. Tinham sido mortos quatro homens e nove ficaram feridos. Depois de dar ordens para colocar a fronteira em toda a sua extensão sob controlo das forças da região militar, enviei de imediato para Moscovo o relatório da ocorrência. De lá veio a instrução para nos prepararmos para um contra-ataque. Foi-nos concedida uma semana para a preparação, mas na prática tivemos que encurtar o prazo para quatro dias dado que destacamentos finlandeses começaram a atravessar a fronteira em diferentes locais e infiltraram-se no nosso território, enviando grupos de diversão para a retaguarda soviética. Seguiu-se a declaração por parte da URSS*

---

<sup>100</sup> G.K. Júkov, *Memórias e Reflexões*, Vol 1/4, edição revista, Moscovo, 1969, Berlim, 1973, pp. 210-213. [G.K. Júkov, *Vospominania e Razmechlenia*, em dois tomos, Olma-Press, Moscovo, 2002, tomo I, pp. 183-186. (N. Ed.)]

e, às 8 horas da manhã de 30 de Novembro, as tropas regulares do Exército Vermelho começaram a resistir às operações anti-soviéticas.

As tropas receberam ordens para rechaçar o inimigo em Leninegrado, defender a fronteira da Carélia e o oblast de Murmansk e obrigar as marionetas das potências imperialistas a desistir de provocações futuras contra a URSS. Além disso, o objectivo principal era a eliminação da praça de armas no istmo da Carélia.»<sup>101</sup>

### A política de paz da URSS

No relatório sobre a actividade do CC ao XVII Congresso do PCU(b), 26 de Janeiro/10 de Fevereiro de 1934, Stáline reflectiu sobre o perigo de guerra provocado pelos governos dos estados imperialistas. «A intensificação da luta pelos mercados estrangeiros, a eliminação dos últimos restos do mercado livre, as proibitivas taxas alfandegárias, a guerra comercial, a guerra das divisas, o dumping e muitas outras medidas análogas, que evidenciam um nacionalismo extremo na política económica, agudizaram ao extremo as relações entre os países, criaram terreno para confrontos militares e colocaram na ordem do dia a guerra, como meio de uma nova repartição do mundo e das esferas de influência a favor dos Estados mais fortes.»<sup>102</sup>

Como em 1914, os «partidos do imperialismo beligerante» do «revanchismo e da guerra» põem se em evidência. «As coisas encaminham-se manifestamente para uma nova guerra».<sup>103</sup> O perigo de guerra resultava das contradições do sistema imperialista.

É de sublinhar a elasticidade, a flexibilidade da política de paz do governo soviético, que Stáline justificou pormenorizadamente no relatório ao congresso. Dela fazia parte uma série de pactos de não-agressão com os estados vizinhos da URSS a Ocidente e a Sul, que permitiram melhorar as relações inclusive com a Itália fascista.<sup>104</sup> Mas não se podia ter nenhuma garantia de «êxito final». «Surpresas e ziguezagues da política, por exemplo na Polónia, onde os ânimos anti-soviéticos ainda são fortes, não se podem de longe considerar excluídos.»<sup>105</sup>

A posição de Stáline sobre a Alemanha fascista, na perspectiva da defesa da existência da União Soviética, merece atenção.

Após a instauração do regime fascista na Alemanha, alguns políticos alemães afirmavam que a URSS se orientava na direcção da França e da Polónia, que de adversário do Tratado de Versalhes, se tinha transformado num seu apoiante.<sup>106</sup> Isto não era verdade.

«Naturalmente que estamos longe de nos extasiarmos com o regime fascista na Alemanha. Mas a questão aqui não é o fascismo, mais que não seja porque o fascismo em Itália não impediu a URSS de estabelecer as melhores relações com este país. A questão não está também numa mudança imaginária da nossa posição sobre o Tratado de Versalhes.»

---

<sup>101</sup> Ver K.A. Merezkov, *Ao Serviço do Povo*, Moscovo 1968, Berlim 1972, p. 189. [K.A. Meretskov, *Na Slujbe Narodu*, Politizdat, Moscovo, 1968, p. 183. (N. Ed.)]

<sup>102</sup> SW 13/259. [«Relatório sobre a actividade do CC ao XVII Congresso do PCU(b)», 26 de Janeiro de 1934, I.V. Stáline, *Obras*, ed. cit., tomo 13, p. 291. (N. Ed.)]

<sup>103</sup> Idem, ibidem, p. 260. [Idem, ibidem, p. 292. (N. Ed.)]

<sup>104</sup> Idem, ibidem, p. 268. [idem, ibidem, p. 300. (N. Ed.)]

<sup>105</sup> Idem, ibidem, p. 269. [idem, ibidem, p. 301. (N. Ed.)]

<sup>106</sup> Idem, ibidem. [idem, ibidem, p. 302. (N. Ed.)]

De igual modo, a URSS não estava a orientar-se nem para a Alemanha, nem para a França ou a Polónia. «*Orientámo-nos no passado e orientamo-nos no presente pela URSS e só pela URSS. E se os interesses da URSS exigem uma aproximação com este ou aquele país, que não está interessado em violar a paz, fá-lo-emos sem vacilar.*»

Isto era claro. A política externa da URSS era uma política de classe. A sua orientação era a manutenção da paz, a segurança da URSS enquanto primeiro estado socialista e baluarte do movimento operário internacional. Só nesta perspectiva se pode avaliar a «*aproximação*» a este ou aquele país. Depois desta exposição, o pacto de não-agressão germano-soviético não deveria surpreender ninguém.

Resumidamente, Stáline declarou: «*A nossa política externa é clara. É uma política de manutenção de paz e de intensificação das relações comerciais com todos os países. A URSS não pensa ameaçar ninguém e muito menos atacar alguém. Nós somos pela paz e defendemos a causa da paz. Mas não temos medo das ameaças e estamos prontos a responder na mesma moeda aos incendiários da guerra. (Aplausos entusiásticos.) Quem quer a paz e procura relações efectivas connosco encontrará sempre apoio do nosso lado. Mas aqueles que tentam atacar o nosso país terão uma resposta fulminante para que não voltem a ter vontade no futuro de meter o seu focinho suíno na nossa horta soviética. (Salva de aplausos.) Esta é a nossa política externa (Salva de aplausos.)*

*A tarefa consiste em aplicar esta política com toda a perseverança e coerência também doravante.»*<sup>107</sup>

Cinco anos mais tarde, no XVIII Congresso do PCU(b), de 10 a 21 de Março de 1939,<sup>108</sup> Stáline analisou novamente a situação internacional da União Soviética e a dramática escalada do perigo de guerra.

«*A nova guerra imperialista já vai no segundo ano, desenrolando-se num enorme território de Xangai a Gibraltar e abrangendo mais de 500 milhões de pessoas. O mapa da Europa, África e Ásia está a ser totalmente refeito pela violência.»*<sup>109</sup>

As contradições do sistema imperialista já não podiam resolver-se através da «*concorrência nos mercados*», da «*guerra comercial*», do «*dumping*». Do que agora se tratava era de «*uma nova repartição do mundo, das esferas de influência, das colónias, por via das operações militares. (...) Na ordem do dia está colocada a questão de uma nova repartição do mundo através da guerra.*»<sup>110</sup>

Formara-se um bloco «*de três estados agressivos*», que iniciaram as novas guerras imperialistas. Em 1935, a Itália invadiu e anexou a Abissínia, seguiu-se em 1936 a intervenção militar da Alemanha e Itália em Espanha, em 1937 o Japão invadiu o Norte e Centro da China, depois de ter anexado a Manchúria em 1938, a Alemanha anexou a Áustria e as regiões dos sudetas na Checoslováquia. «*O Japão rasgou o Pacto das Nove Potências,*<sup>111</sup> a

---

<sup>107</sup> Idem, ibidem, p. 272. [idem, ibidem pp. 305-306. (N. Ed.)]

<sup>108</sup> SW 14/180-235.

<sup>109</sup> Idem, ibidem, p. 180. [«Relatório sobre a actividade do CC ao XVIII Congresso do PCU(b)», de 10 de Março de 1939, I.V. Stáline, ed. cit., Moscovo, 1997, tomo 14, p. 290. (N. Ed.)]

<sup>110</sup> Idem, p. 184. [Idem, ibidem, p. 294. (N. Ed.)]

<sup>111</sup> Trata-se do pacto assinado na Conferência de Washington (12 de Novembro de 1921/6 de Fevereiro de 1922) por todas as potências do Pacífico, excepto a Rússia Soviética. O pacto devia determinar as esferas de influência das potências imperialistas, especialmente entre os EUA e o Japão. A China e a Rússia Soviética não foram convidadas para a Conferência de Washington. A Conferência de Washington, incluindo o Pacto das Nove Potências, tinha uma orientação anti-soviética e antichinesa.

*Alemanha e a Itália – o Tratado de Versalhes. Para ficarem com as mãos livres estes três estados saíram da Sociedade das Nações.»<sup>112</sup>*

A nova guerra imperialista ainda não se transformara numa guerra mundial. Embora os estados agressores ferissem «*de todas as formas*» os interesses dos estados «*não-agressivos*», a Inglaterra, a França, os EUA, estes últimos recuavam e faziam «*cedências umas atrás das outras aos agressores*».

E apesar de os estados «*democráticos*», «*não-agressivos*», tomados em conjunto, serem tanto económica como militarmente indiscutivelmente mais fortes que os estados fascistas, recuavam perante estes. Isto devia-se sobretudo ao facto de a maioria dos países não – agressivos, antes de mais a Inglaterra e a França, se ter demarcado da «*política de segurança colectiva*», «*da política da resistência colectiva*» aos agressores, e ter adoptado uma posição de não-intervenção de «*neutralidade*».

Sobre as razões de tal comportamento, Stáline afirmou:

*«Na verdade, porém, a política de não-intervenção significa a convivência com a agressão, com o desencadeamento da guerra e, conseqüentemente, a sua transformação numa guerra mundial. Na política de não-intervenção transparece o propósito, o desejo de não impedir o agressor de realizar a sua obra pernicioso, não impedir, digamos, o Japão de se envolver numa guerra contra a China, ou melhor ainda contra a União Soviética, de não impedir, digamos, a Alemanha de se atolar nos assuntos europeus, se envolver numa guerra contra a União Soviética, e fazer com que todos os participantes da guerra se atasquem no lodaçal da guerra, estimulá-los pela calada, fazer com que se enfraqueçam e esgotem mutuamente, para depois quando já estiverem suficientemente enfraquecidos, entrar em cena com forças frescas – naturalmente “no interesse da paz”, e ditarem as suas condições aos participantes enfraquecidos na guerra.»<sup>113</sup>*

Na realidade, o objectivo dos estados «democráticos», «não-agressivos» era provocar uma guerra entre a URSS e a Alemanha.<sup>114</sup> Não há nenhum fundamento para duvidar de que Stáline tinha compreendido correctamente a situação. Podemos porém interrogar-nos por que razão terá caracterizado os estados «democráticos» como «não-agressivos», conhecendo ele tão bem o seu comportamento. A sua agressividade distinguia-se dos estados fascistas apenas por não ser aberta, mas sim dissimulada. A política de *apaziguamento* de Chamberlain não autoriza nenhuma outra conclusão.

*«Pode-se pensar que deram as regiões da Checoslováquia aos alemães como o preço pelo compromisso de estes desencadear a guerra contra a União Soviética, mas os alemães agora recusam-se a pagar a letra de câmbio e mandam-nos dar uma volta.»<sup>115</sup>*

Uma nova guerra de agressão ameaçava a União Soviética. Stáline não tinha a mínima dúvida sobre isto. Preparar-se para esta guerra era uma obrigação da política de classe nacional e comunista, tanto perante os povos da União Soviética, como perante a classe operária internacional, a Internacional Comunista.

### **A preparação para a guerra: preparação material e técnica**

Antecipando: o objectivo da política económica socialista é determinado pela lei económica fundamental do socialismo, a qual, segundo a definição proposta por Stáline em

---

<sup>112</sup> SW 14/185. [Op. cit., p. 295. (N. Ed.)]

<sup>113</sup> Idem, ibidem, p. 188. [Idem, Ibidem, p. 297. (N. Ed.)]

<sup>114</sup> Idem, ibidem, p. 189.

<sup>115</sup> Idem, ibidem, p. 190. [Idem, ibidem, p. 299. (N. Ed.)]



1952, se pode formular da seguinte forma: «Assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais em permanente crescimento do conjunto da sociedade, através do crescimento e aperfeiçoamento contínuo da produção socialista na base de uma técnica superior.»<sup>116</sup>

Não se trata aqui de salientar que esta lei fundamental não podia ter sido compreendida e formulada nos anos 20 e 30, nem de lembrar que ela foi abordada de outra forma por Walter Ulbricht nos anos 60,<sup>117</sup> mas pretende-se somente evitar falsas interpretações.

Esta lei fundamental não se referia às condições políticas internas, nas quais decorria a construção do socialismo num só país e, depois da II Guerra Mundial, num grupo de estados. Nos objectivos da política económica socialista – num só país! – rodeado por um meio imperialista hostil, a preparação para a guerra assumiu uma importância prioritária na URSS.

A defesa do país depende da economia e, inversamente, as exigências da defesa marcam a economia. No *Anti-Dühring*, Engels chamou a atenção para que a «violência não é um mero acto de vontade», mas pressupõe, pelo contrário, «condições prévias muito reais para o seu exercício, nomeadamente instrumentos, o mais perfeito dos quais esmaga o mais imperfeito; estes instrumentos têm de ser produzidos o que significa também que o produtor dos instrumentos de violência mais perfeitos (...) triunfa (...), numa palavra, a vitória da violência assenta na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral, e portanto no "poderio económico", na "situação económica", nos meios materiais que estão à disposição da violência (...). Armamento, composição, organização, tática e estratégia dependem principalmente do nível atingido pela produção em cada caso, bem como das comunicações.» Em 1877, quando Engels escreveu o *Anti-Dühring*, a violência eram «os exércitos e a marinha de guerra», e ambos custavam «um montão de dinheiro».

O desenvolvimento acelerado da indústria nos anos 20 e 30 na União Soviética deve ser compreendido, em primeiro lugar, sob a óptica da defesa contra uma agressão imperialista. No seu discurso na I Conferência da União dos Quadros da Indústria Socialista, em 4 de Fevereiro de 1931, Stáline foi claro: «Estamos 50 a 100 anos atrasados em relação aos países mais avançados. Temos de percorrer esta distância em dez anos. Ou conseguimos fazê-lo ou seremos esmagados.»<sup>118</sup> Que isto também custaria «um montão de dinheiro» era, naturalmente, do conhecimento de Stáline.

Para demonstrar o imenso atraso herdado do tsarismo na indústria de armamento soviética só no sector da aviação, cito o elucidativo artigo «Stáline e o Alumínio»<sup>119</sup> do jornalista económico da RDA, Walter Florath.

Florath cita a descrição de Ludwig Renn, no romance *Guerra*, de como os soldados foram alimentados pela cozinha de campanha durante a marcha sobre Paris. «Tinham pratos de alumínio (...) e sopravam a colher quente.» Vinte anos mais tarde, Oskar Maria Graf visitou a Geórgia com uma delegação alemã. Escreveu: «Parecia-me que a Rússia, este país gigantesco, complicado, era como uma floresta virgem impenetrável, que os soviéticos arroteavam e tornavam habitável, como colonos audazes e incansáveis». Graf descreve um

---

<sup>116</sup> SW 15/331. [*Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, I.V. Stáline, ed. cit., Moscovo, 1997, tomo 16, p.182. (N. Ed.)]

<sup>117</sup> Ver *Economia Política e a sua aplicação na RDA*, 1ª ed., Berlim, 1969, p. 237.

<sup>118</sup> SW 13/36. [«Acerca das tarefas dos dirigentes económicos: discurso na I Conferência de Toda a União dos Trabalhadores da Indústria Socialista», 4 de Fevereiro de 1931», I.V. Stáline, ed. cit., tomo 13, Moscovo, 1951, p. 38. (N. Ed.)]

<sup>119</sup> *Offensiv*, Caderno 8/2000, ed. Novembro/Dezembro, p. 32 – 38.

banquete numa aldeia: «Acocoravam-se em círculo e comiam a refeição com as mãos de tigelas em madeira ou com colheres de pau». Interrogou-se: «Que cheiro horrível é este?», ao que respondeu: «A maior parte das pessoas lavam-se com urina de cavalo». Era uma forma de combater os piolhos.<sup>120</sup> Florath constatou que os caucasianos, em 1934, não conheciam o alumínio, nem insecticidas. E cita Iliá Erenburg na sua trilogia *Gente, Anos, Vida*, onde, numa das suas viagens pela URSS, em 1932, descreve o refeitório de uma fábrica em construção: «À entrada da barraca tiravam-nos os gorros; só os devolviam depois de os operários entregarem as colheres. Os gorros ficavam a monte no chão; cada um tinha de procurar o seu.» Erenburg disse ao chefe da cantina que isto era humilhante. Mas ele respondeu com rudeza: «Quem responde pelas colheres sou eu, e não você!»<sup>121</sup>

A produção de alumínio começara há pouco tempo e o fabrico de colheres não era a principal prioridade. Aos poucos foram fornecidas às fábricas, mas em casa ainda se comia com colheres de madeira.

Era este país que devia resistir à esperada agressão de um Estado imperialista fortemente armado! Esta situação explica a pressão que Stáline exercia para impor a industrialização num curto espaço de tempo. Florath cita da *Estatística Anual do Reich alemão 1941/42, Secreto*:

#### Extracção de alumínio em toneladas

Ano	Alemanha	França	EUA	URSS
1929	33 300	29 100	102 100	0
1933	18 300	14 300	36 600	4.400
1939	199 400	50 000	148 400	50 000

«A Alemanha tinha-se tornado no maior produtor de alumínio do mundo, tinha ultrapassado largamente os EUA, produzia o quádruplo da França! Aqui não se tratava de colheres, mas de bombardeiros, caças, stukas,<sup>122</sup> aviões de reconhecimento, aviões de combate, de carga! A produção alemã de alumínio é a prova irrefutável de que o Reich nazi queria a guerra.

«No início da II Guerra Mundial, a União Soviética já conseguia produzir um quarto do alumínio produzido pelo Estado imperialista mais agressivo, naturalmente que não era para colheres pelas quais os operários russos davam os seus gorros, mas sim para se armarem, para não serem esmagados.

«Somemos as quantidades que foram produzidas entre 1929 e 1939:

Alemanha	França	EUA	URSS
756 500 t	240 000 t	741 700 t	205 000 t

Na URSS não sobrava nada para colheres.

A produção de alumínio é, porém, muito mais complicada, do que a extracção de cobre, estanho, ferro, que já os antigos egípcios, gregos, romanos, até germânicos e celtas sabiam fazer. O alumínio só aparece na natureza quimicamente ligado sob a forma de bauxite. É

<sup>120</sup> Idem, ibidem, p. 33.

<sup>121</sup> Idem, ver Iliá Erenburg, *Gente, Anos, Vida*. Memórias, Vol. II, Terceiro Livro, Moscovo, 1956-1967, Berlim, 1978, p. 235.

<sup>122</sup> *Stuka* era a designação popular dos bombardeiros de mergulho *Junkers Ju 87*. (N. Ed.)

*extraído principalmente através da electrólise, conduzindo-se uma corrente eléctrica através de um caldo de bauxite, para que se forme uma placa de alumínio no ânodo.»<sup>123</sup>*

Portanto, para a produção de alumínio, a URSS necessitava também de centrais eléctricas e respectivo equipamento, e para isso necessitava, por outro lado, de aço para produzir máquinas. Resumindo: para a produção de alumínio é necessária uma indústria moderna completa, que na URSS, justamente, ainda não existia.

Já antes da I Guerra Mundial, a Rússia estava muito atrasada em relação à Alemanha, França, EUA. Na *História Mundial* da editora Ullstein, de 1925, encontram-se os seguintes dados:

*«Produção de carvão em milhões de toneladas (1913):*

*EUA: 517; Inglaterra: 292; Alemanha: 262; França: 41; Rússia: 36.*

*Produção de ferro em bruto em milhões de toneladas (1913):*

*EUA: 31,5; Alemanha: 19,3; Inglaterra: 10,4; França: 5,3; Rússia: 4,6.*

*A I Guerra Mundial, guerra civil e de intervenção das potências imperialistas provocaram destruições colossais na Rússia. Em 1920, a agricultura só atingia 65 por cento da produção de 1913.*

*A produção da indústria pesada era dez por cento inferior à de 1913. A extracção de carvão na bacia do Donets atingia em 1920/21 apenas 20 por cento, a metalurgia na Ucrânia nem sequer representava quatro por cento do nível de antes da guerra.»*

Para construir uma indústria moderna também é necessário mão-de-obra especializada, engenheiros, operários especializados, que tinham de ser formados e também para isso era preciso criar condições materiais. Sem alumínio, não era possível produzir aviões, designadamente aviões de combate. E para uma aviação militar também era preciso formar pilotos, navegadores, engenheiros e outro pessoal especializado para a manutenção.

Volkogónov, um dos mais sinistros escritores da *glasnost*, que só escreve sobre Stáline de forma depreciativa, não pode naturalmente compreender, que Stáline tenha elevado *«ao máximo a fasquia da exigência na resolução das tarefas de defesa, normalmente até ao limite das capacidades humanas»*. Contudo, tem de admitir que *«Stáline compreendeu que da mobilização de todos os recursos do país dependia a sua capacidade de resistir às provações futuras»*.<sup>124</sup>

*«Stáline acompanhava com atenção os principais construtores da indústria de defesa do país. (...) Conhecia pessoalmente a maior parte deles, com quem se encontrava frequentemente no Krémelin para discutirem diferentes questões técnicas e organizativas. As decisões de Stáline eram invariavelmente rigorosas, até mesmo impiedosas. O seu cumprimento exigia sempre sacrifícios. Por exemplo, para eliminar o atraso na indústria aeronáutica, em Setembro de 1939, por insistência de Stáline, o Politburo do CC do PCU(b) aprovou a decisão de construir, entre 1940 e 1941, nove novas fábricas de aviões! Foi ainda decidido reconstruir um número idêntico de fábricas. A indústria aeronáutica começou a trabalhar num ritmo brutal. O respectivo Comissário do Povo informava diariamente o CC sobre a quantidade de aviões e motores produzidos. As pessoas não saíam durante vários dias das linhas de montagem, dos laboratórios e gabinetes de engenharia. Em termos quantitativos, a indústria aeronáutica deu um brusco salto, mas só na segunda metade de 1940 começou a construir novos modelos de aviões.»*

---

<sup>123</sup> Florath, op. cit., p. 34.

<sup>124</sup> Dmítiri Volkogónov, *Triunfo e Tragédia. Retrato Político de I.V. Stáline. Em dois volumes. Vol. 2/1. 1ª ed., Berlim, 1990, p. 58 e seg. [Cotejado com a edição soviética, em quatro volumes, Agência de Imprensa Novosti, Moscovo, 1989, volume II, p. 71-72 (N. Ed.)]*

Volkogónov não pode, portanto, negar a justeza destas decisões de Stáline mas, na sua posição patológica anti-Stáline, não relaciona a necessária dureza das decisões de Stáline com o ameaçador perigo de guerra, o qual também não pode negar, mas prefere sublinhar que «*Stáline era por natureza uma pessoa cruel*». Uma interpretação histórica tão deslumbrante, que se aniquila a si própria e não necessita de nenhum comentário.

Durante a construção da Força Aérea, ainda por cima a um ritmo forçado devido à situação internacional, as avarias e acidentes eram inevitavelmente frequentes. Havia deficiências na qualidade da produção dos primeiros aviões. Mas as avarias não foram nenhuma especificidade da indústria de Defesa soviética. Em nenhum país se construiu uma Força Aérea sem avarias. Porém, na guerra contra os agressores japoneses em Khalkhin-Gol, no Verão de 1939, as máquinas e os pilotos soviéticos deram boas provas, como Júkov refere explicitamente nas suas memórias.<sup>125</sup> De acordo com memórias de pilotos soviéticos que lutaram voluntariamente na China contra os invasores japoneses (1937-1940), as máquinas soviéticas, que correspondiam ao nível técnico de então, estiveram à altura das exigências. As suas experiências nos combates aéreos mostraram, naturalmente também, limitações técnicas que foram tomadas em conta pela indústria aeronáutica soviética no desenvolvimento de novos modelos.<sup>126</sup>

Sobre a preparação material e técnica da União Soviética para uma agressão imperialista, merecem ainda referência algumas passagens do antigo embaixador dos EUA na União Soviética, Joseph E. Davies (com indicação de data sempre que possível):

*«Há todavia um aspecto da indústria pesada que é de importância vital, talvez até para a própria existência do governo, i.e., a sua necessidade como parte do estado de preparação para a guerra. Observadores militares consideram em geral que o actual exército soviético é de primeira classe no que respeita aos efectivos militares e quadro de oficiais. Pensa-se em geral que este exército terá uma excelente prestação em caso de guerra. Mas nas condições da guerra moderna, a linha da frente não é mais forte do que a segunda linha de defesa, i.e., os abastecimentos de equipamento, tanques, munições e outros. Tanto quanto sei, os membros responsáveis do governo estão muito “conscientes da guerra”. Avaliam profundamente a ameaça da Alemanha, por um lado, e a do Japão, por outro. Não há dúvidas, no entanto, de que Kalínine exprimiu a opinião dos seus pares quando me declarou que tinham total confiança no exército e se sentiam seguros contra um ataque, mesmo que fosse simultâneo de ambos os lados. A localização das suas indústrias no país indica que o plano industrial foi em parte concebido e organizado como uma medida de guerra.»* (28 Julho de 1937).<sup>127</sup>

*«A ameaça de guerra exigiu um aumento de 15 a 20 vezes das verbas cativadas pelo Estado, respectivamente, em 1935 e 1936, em relação ao orçamento de 1931. Este foi um pesado fardo suportado directamente pelo programa industrial. Muitas indústrias foram convertidas para usos militares. Fábricas de maquinaria agrícola, instalações fabris, indústrias siderúrgicas e outras foram redireccionadas para a construção de tanques, aviões, munições de guerra e afins. Isto abrandou novamente a realização dos benefícios prometidos ao proletariado pelo “poder instalado”».* (28 de Julho de 1937)<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> Ver Júkov, op. cit., p. 186 e seg.

<sup>126</sup> Ver *No Céu da China. 1937-1940. Memórias de pilotos soviéticos*, 1ª ed., Moscovo, 1980, Berlim, 1986.

<sup>127</sup> Joseph E. Davies, op. cit., p. 114. [cotejado com o inglês, ed. cit., pp.166-167. (N. Ed.)]

<sup>128</sup> Na citada edição em inglês, p. 175 (N. Ed.)

A indústria de armamento, imposta pelos estados imperialistas à URSS, fez-se, naturalmente, à custa da produção de bens de consumo. Também na URSS a indústria de armamento custou «um montão de dinheiro». Davies: «Um quarto do rendimento nacional do ano passado (1937/UH) foi destinado para fins militares. Isto representa aproximadamente 25 mil milhões de rublos. Segundo o valor do rublo em ouro de contrabando, isto representa entre dois mil milhões a 2500 milhões de dólares. Este ano, as despesas serão provavelmente ainda maiores. Há indícios de uma quase febril preparação para a guerra. Enormes reservas de víveres e abastecimentos militares, tanques, caças de submarinos, aviões, camiões e outros, segundo relatos de viajantes, estão a ser enviados para o Extremo Oriente numa corrente infundável».

«As indústrias que estão directamente ligadas às necessidades militares foram recentemente colocadas sob o controlo directo e supervisão do Exército». (Abril de 1938)<sup>129</sup>

### **Produtos petrolíferos: Extração, refinação e portos para a exportação**

«A região citada produz 75 por cento dos produtos petrolíferos da União Soviética e possui a mais ampla e importante rede de oleodutos. O distrito de Batum-Baku e o Cáucaso produzem cerca de 90 por cento da produção petrolífera total dos soviéticos. As reservas petrolíferas da União Soviética são, sem dúvida, das maiores do mundo. A produção de petróleo na União Soviética é considerada a maior da Europa. A exportação de petróleo e de produtos petrolíferos caiu de seis milhões de toneladas em 1932 para três milhões de toneladas em 1935, e para 1.929.147 toneladas em 1937. Tendo em conta as enormes reservas reclamadas pela União Soviética, teria apesar de tudo interesse obter uma avaliação sobre os equipamentos existentes ou em construção para a exportação de petróleo ou de produtos petrolíferos nos mais importantes portos da União Soviética.

«Relacionado com a indústria petrolífera na União Soviética, um facto digno de nota é o enorme aumento do consumo do país. Os esforços feitos nos últimos dez anos para industrializar o país, mecanizar a agricultura e aumentar a produção, e o uso de automóveis e camiões provocaram um aumento do consumo de gasolina totalmente desproporcional em relação ao aumento da produção deste carburante. Em 1932 o consumo de gasolina era de 647 mil toneladas, o que correspondia a perto de 25 por cento da produção. Em 1937, este consumo aumentou seis vezes para cerca de 3500 milhões de toneladas, enquanto a produção apenas duplicou no mesmo período, i.e., de 2459 milhões de toneladas em 1932 para 4870 milhões de toneladas em 1937. O resultado foi a diminuição constante da exportação de produtos petrolíferos acima referida. Isto também explica em parte o aumento das importações soviéticas de petróleo e produtos petrolíferos. Nos últimos dois anos só as importações dos EUA aumentaram cerca de 600 por cento. Estas importações consistem, na sua maior parte, em gasolina de aviões da Califórnia com elevado teor de octanas, que é transportada por barco para o Extremo Oriente soviético. Uma outra razão destas importações deve-se seguramente ao facto de a União Soviética estar também a fazer grandes esforços para preservar e ampliar as suas reservas militares de gasolina. Este é um dos pontos mais fracos na economia militar soviética. No último Verão, em Moscovo, era difícil encontrar mesmo gasolina de segunda ou terceira qualidade para camiões.» (1 de Junho de 1938)<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Idem, ibidem, pp. 266-267. (N. Ed.)

<sup>130</sup> Idem, ibidem, p. 175. [Idem, ibidem, ed. cit., pp. 286-288. (N. Ed.)]

## A «decapitação» do Exército Vermelho: Verdade e lenda

Naturalmente que também as Forças Armadas da URSS tinham de ser preparadas para a situação de defesa. O problema principal nas Forças Armadas consistia na infiltração do corpo de oficiais por trotskistas e agentes de potências estrangeiras. O conflito com os trotskistas e o grupo de Bukhárine no partido<sup>131</sup> também se desenrolava nas Forças Armadas e no aparelho de segurança do NKVD.<sup>132</sup> Os trotskistas, colocados nos mais altos postos de comando, no Quartel-General e na direcção das regiões militares, no Exército, na Marinha e na Força Aérea representavam um perigo mortal para a União Soviética.

A tese anti-stalinista da «decapitação» do Exército Vermelho por Stáline tem sido desde sempre divulgada no publicismo burguês, revisionista e trotskista, baseando-se em parte em números astronómicos de condenações à morte. Depois de sucessivas publicações de materiais de arquivo, nos anos 90, estas mentiras estão refutadas.<sup>133</sup>

Da dissertação bem fundamentada de Andrea Schön «Mentiras históricas: fundamentos do anti-stalinismo»<sup>134</sup>, refiro os seguintes números: «*De acordo com informações publicadas na imprensa, em Fevereiro, foram condenadas à morte 786 098 pessoas em 23 anos (entre 1930 e 1953), por crimes contra a revolução, das quais 631 692 nos anos 1937 e 1938. Estes números, na verdade, ainda precisam de confirmação. De acordo com os dados dos arquivos em apreço, Mário de Sousa<sup>135</sup> calcula em cerca de 100 mil o número das sentenças de morte realmente executadas entre 1937 e 1938. Muitas das sentenças de morte foram comutadas em penas de prisão ou então baseavam-se em crimes como assassínios ou violações.*

*«Finalmente resta a questão da duração média das condenações em campos de trabalho. Os propagandistas anticomunistas criam a impressão de que um prisioneiro normalmente não sobrevivia ao campo de trabalho ou então era mantido preso indefinidamente. Contudo, demonstra-se que o tempo de condenação para a maioria dos prisioneiros, na época de Stáline, era de cinco anos no máximo. Assim, de acordo com a American Historical Review, em 1936 foram condenados até cinco anos 82,4 por cento dos prisioneiros comuns e 17,6 por cento entre cinco a dez anos. Dos prisioneiros políticos, 44,2 por cento foram condenados a penas até cinco anos e 50,7 por cento entre cinco a dez anos. Relativamente a 1939 existem os seguintes números dos tribunais soviéticos: 95,6 por cento até cinco anos, quatro por cento entre cinco e dez anos e 0,1 por cento mais de 10 anos.»<sup>136</sup>*

---

<sup>131</sup> Ver sobre isto Wauer/Hans-Jürgen Falkenhagen, «Nikolai Bukhárine: Revisionista, Renegado, Traidor», três partes, in: Colecção Cadernos..., Caderno n.º 71/1, 71/11, 71/III, Berlim, Janeiro de 2001; Hans Jürgen Falkenhagen, «Lev Trótski e a essência do Trotskismo», duas partes.

<sup>132</sup> Comissariado do Povo dos Assuntos Internos (N. Ed.)

<sup>133</sup> Ver Kurt Gossweiler, «A superação do anti-stalinismo, uma importante condição para a reconstrução do movimento comunista enquanto movimento marxista-leninista unido», in: *Contra o Revisionismo*, ob. cit., pp. 233-245 [ver: <http://www.hist-socialismo.com/docs/ASuperacaoodoAnti-Estalinismo.pdf> (N. Ed.)]; Georgi Dimitrov, *Diário*, 1933-1943, ed. por Bernhard H. Bayerlain, 1ª ed., Berlim, 2000, p. 136 e seg., 140, 145, 148, 161, 165 e seg., 225 e seg., 240.

<sup>134</sup> *Offensiv*, Caderno 7/2002, ed. Julho-Agosto, 2002, p. 57-70.

<sup>135</sup> Andrea Schön reporta-se a um artigo de Mário de Sousa, membro do Partido Comunista Sueco (KPKL(r)), *Lies concerning the history of the Soviet Union*, in: *Proletären* (Suécia), Abril, 1998 [ver: Mentiras sobre a história da União Soviética: <http://www.hist-socialismo.com/docs/Mentiras%20sobre%20a%20historia%20da%20Uniao%20Sovietica.pdf> (N. Ed.)].

<sup>136</sup> Andrea Schön, p. 65 e seg.

Nos números indicados estão incluídos criminosos comuns, que são apresentados como presos «políticos» pelos falsificadores da história.

Relativamente à depuração no Exército Vermelho, no contexto da conspiração à volta do marechal Tukhatchévski, Andrea Schön dá os seguintes números: «No ano de 1937 havia 144 300 oficiais e comissários políticos no Exército e na Força Aérea, numero que aumentou para 282 300 em 1939. Durante a depuração de 1937/38 foram despedidos 34 300 oficiais e comissários por razões políticas. Todavia, até Maio de 1940, foram reabilitados e reconduzidos nos seus postos 11 596 oficiais. Isto significa que foram irradiados 22 705 oficiais e comissários (dos quais 13 mil oficiais do Exército, 4700 oficiais da Força Aérea e cinco mil presos políticos). Representam no conjunto 7,7 por cento de todos os oficiais e comissários, dos quais, por sua vez, só uma pequena parte foi condenada como traidora, enquanto os restantes regressaram à vida civil.»

Andrea Schön faz ainda uma interessante comparação entre as informações de horror de Robert Conquest sobre os «milhões de mortos» na União Soviética com os dados dos arquivos referentes ao período entre 1939 e 1950:

<b>Período</b>	<b>de acordo com Conquest</b>	<b>Dados dos arquivos</b>
1939	12 milhões de presos políticos em campos de trabalho	454 432
1937-39	Três milhões de presos políticos mortos	166 424 mortos
1950	12 milhões de presos políticos	578 912

«No total havia 2,5 milhões de cidadãos soviéticos detidos no período referido, ou seja, 2,4 por cento da população adulta – um número seguramente importante e um indicador das contradições ainda existentes na sociedade. Contudo, este número é inferior ao que se regista hoje na principal potência imperialista. Segundo os dados dos EUA, em 1996 havia no país mais rico do mundo 5,5 milhões de prisioneiros, ou seja 2,8 por cento da população adulta. Quanto à questão das vítimas mortais, a percentagem de mortos nos campos de trabalho da URSS no período referido variou entre 0,3 por cento e 18 por cento. As causas de morte relacionam-se, no essencial, com a situação geral de carência no país, especialmente a debilidade da assistência médica no combate às epidemias. Na verdade, nessa época, esta situação não atingia apenas a União Soviética, mas todos os países desenvolvidos. Só com a descoberta da penicilina, durante a II Guerra Mundial, se encontrou um meio eficaz contra as doenças contagiosas. Na realidade, metade dos casos de morte verificou-se nos anos de guerra do período investigado. Isto sem falar dos 25 milhões de vítimas mortais que morreram «em liberdade». A diminuição sistemática do número de vítimas mortais, depois da II Guerra Mundial, tem a sua razão de ser na melhoria da assistência médica.»<sup>137</sup>

A situação geral, próxima e durante o período de 1937/38, está pormenorizada e suficientemente documentada por Hans Wauer e Hans-Jürgen Falkenhagen na sua obra *Nikolai Bukhárine: Revisionista, Renegado, Traidor*, Parte III, «Acusação e condenação», que analisa o processo contra Bukhárine e contra oficiais do Exército Vermelho. Trata-se do

<sup>137</sup> Ver quadro no final.

melhor do que foi até agora publicado na historiografia marxista-leninista sobre os processos de Moscovo.

Como não é preciso inventar de novo a roda, transcrevem-se deste capítulo algumas passagens sobre os processos militares: *«Também é falsa a afirmação sobre execuções em massa de oficiais soviéticos. Entre 1937 e 1939 foram demitidos do Exército Vermelho e da Marinha 38 898 oficiais por razões de idade, saúde insuficiente, razões disciplinares, falhas morais, falta de consciência política, assim como suspeita de delito político. Dos demitidos por razões políticas, 9579 foram presos, dos quais cerca de dois mil foram libertados por inocência comprovada ou reabilitados, caso tivessem sido condenados. Do total dos 36 898 oficiais demitido, cerca de 15 mil foram reintegrados nas fileiras do Exército Vermelho e da Marinha em patentes de oficiais até 01.01.1941. Seguiram-se mais libertações e reabilitações durante a Grande Guerra Pátria. Mas sobre isto não temos dados exactos. Entre 1937 e 1938 foram condenados à morte por fuzilamento e executados 70 oficiais, com base em parágrafos respeitantes a crimes contra-revolucionários. Nas fileiras dos sargentos e praças não foram pronunciadas sentenças de morte por crimes contra-revolucionários.»*

*«Entre as altas patentes militares havia forças que, por ordem de círculos financeiros americanos e britânicos, trabalhavam no sentido de envolver a URSS numa longa guerra contra o Japão e a Alemanha. Isto motivou os processos posteriores contra Bliukher, Chtern, respectivamente, Comandante e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas do Extremo Oriente, e Smuchkévitch, o general-inspector da Força Aérea Soviética. Trótski estava implicado nos grupos conspirativos e também Malinóvski, posterior marechal da URSS e ministro da Defesa de Khruchov, que se encontrava em Espanha aquando da descoberta da conspiração militar. A abertura das frentes – um conceito que foi várias vezes referido nos discursos de Vichínski no Tribunal – visava provocar a destituição de Stáline mediante provocações de ataques não autorizados e derrotas militares doseadas. Os comandantes do Exército do Extremo Oriente, Bliukher e Grigóri Chtern, foram acusados, entre outros, de manobras deste tipo nos conflitos militares com o Japão. Uma acusação idêntica foi, por exemplo, levantada contra o general-inspector da Força Aérea Soviética, Smuchkévitch, em relação à Alemanha, por ter tomado medidas de defesa e camuflagem insuficientes nos aeroportos soviéticos, o que produziu o efeito, para a Força Aérea alemã, de uma abertura das frentes.*

*No início da Grande Guerra Pátria, 500 mil oficiais serviam nas fileiras do Exército Vermelho e Marinha e no NKVD. O número de oficiais com a patente de general e almirante tinha pelo menos quadruplicado desde 1937. Portanto, de facto, não se pode falar de uma decapitação do Exército Vermelho. Até finais de 1940 foram demitidos 22 mil membros do aparelho de segurança do Estado, dos quais foram condenados à morte entre 300 a 400 oficiais. Alguns membros do Exército Vermelho e da Marinha, assim como do NKVD, morreram em tentativas de fuga e em tiroteios com as forças de segurança.*

*Sublinhe-se mais uma vez que tanto quanto inocentes tenham sido condenados, seriam em todos os casos oriundos das fileiras dos quadros baixos e médios. A não condenação ou reabilitação não constitui uma prova absolutamente concludente de que determinadas pessoas não cometeram delitos. Pelo contrário, nas reabilitações depois da morte de Stáline (1953) não existem provas de inocência claras em pelo menos 50 por cento dos casos. Como se sabe, Khruchov libertou traidores consumados como Snegov e, em muitos casos, até os voltou a colocar em altas funções, e isto não só porque odiava Stáline e gostava dos adversários de Stáline, mas também com o objectivo claro de construir uma nova vanguarda contra-revolucionária.*



Os números acima citados, originários dos arquivos do NKVD, do Ministério Público e dos tribunais, refutam inequivocamente a mentira dos dois a três milhões, em alguns casos 10 a 12 milhões de execuções nos anos de 1937 a 1939. Quando se toma em consideração a dimensão da infiltração no NKVD, concluiu-se que também aí não existiu de forma nenhuma um número horrendo de prisões e acusações. Acusa-se Stáline de ter estabelecido, no Outono de 1937, as chamadas quotas de detenções. Tais quotas foram estabelecidas pela direcção do NKVD, como foi dito acima, em parte com intenção provocatória. Note-se ainda aqui, que no Outono de 1937, também ainda em 1938, existia a ameaça de um putsch com origem no NKVD. Alguns oficiais do NKVD planejaram o assassinato de Stáline. Stáline, por exemplo, não participou na comemoração do 20.º aniversário da fundação do NKVD (Tcheka, GPU, OGPU) em Dezembro de 1937. Por último, Ejov teve também de se justificar perante o Tribunal acusado de vigilância insuficiente assim como de ilegalidades. Embora Ejov e o seu representante Frinovski, ambos de nacionalidade russa, possam ter actuado de boa-fé para com o partido e o Povo soviético, tiveram de assumir, no fim de contas, a responsabilidade por inúmeros erros no trabalho do NKVD.

O que aconteceu nos chamados processos de Moscovo de 1936-38 e, em geral, neste período que ficou conhecido como a Grande Depuração tem de ser visto, em todo o caso, no seguinte contexto:

Desde a criação da União Soviética, o inimigo de classe nunca desistiu das suas tentativas de derrubar o poder dos operários e camponeses na URSS. Essas tentativas conduziram não só à Guerra Civil, imposta ao jovem poder soviético, e em insurreições, mas também naturalmente nas disputas internas no partido. Sempre houve altos funcionários do partido que, mais ou menos camuflados, assumiram a defesa de interesses contrários ao povo soviético e ao socialismo. De uma maneira geral isto aconteceu sobretudo nos anos 20, quando ainda se lutava abertamente por maiorias no CC, no partido, no povo soviético.

A partir dos anos 30, os estados imperialistas iniciaram com maior intensidade os preparativos de guerra contra a URSS. Nesta ocasião, intensificaram também as suas actividades de espionagem, sabotagem, diversão e subversão contra a URSS. Para isso serviram-se principalmente das forças trotskistas e bucharinistas, que ainda existiam em número considerável no país. Onde já não tinham actividade, procurou-se reactivá-las. Os métodos utilizados, pela sua manha profundamente criminoso e ilimitada sordidez, são, de facto, quer para as pessoas honradas e com consciência quer até para aquelas com uma escala moral menos elevada, não só indignos mas chocantes. As pessoas na União Soviética deram a sua força e todas as suas capacidades para, cheias de idealismo, construir um mundo melhor. Alcançaram êxitos avassaladores. Pessoas honestas de todo o mundo regozijaram-se com as conquistas das forças despertas dos trabalhadores, camponeses e intelectuais.

Os inimigos desta transformação, porém, viram nela um motivo para reforçar a sua luta e passaram para métodos de extremo refinamento, astúcia, falsidade e mortífera perfídia. Ao se avaliar as sessões em Tribunal conduzidas por Vichínski, independentemente da posição em que cada um se encontra, antes de fazer considerações jurídicas é preciso reflectir primeiro sobre algumas questões. A justeza das condenações judiciais é provada pelas reabilitações efectuadas por Khruchov, depois da morte de Stáline em 1953.

Num grande número de casos, os sobreviventes das depurações, e em parte os seus filhos, mostraram ser contra-revolucionários fanáticos, que, sem excepção, colocaram como objectivo de vida a destruição do comunismo. Também em relação aos reabilitados postumamente se confirmou, em investigações posteriores, que de forma alguma estavam

inocentes dos crimes por que foram condenados. Assim gente como por exemplo Svanidze, Kabakov e Iakir, que são frequentemente apresentados como vítimas de Stáline, eram inveterados inimigos do povo. Vários livros publicados na Rússia depois de 1990 provam-no.

A chamada Grande Depuração conduziu, sem dúvida, à destruição da Quinta Coluna na URSS, ainda que, com rigor, só se possa falar de uma vitória sobre a conspiração contra-revolucionária a partir do início de 1939. Está também fora de dúvida que as estruturas contra-revolucionárias não puderam seguramente ser destruídas em todas as suas ramificações. Muitos dos inimigos da URSS puderam esconder-se a tempo ou nem sequer foram desmascarados. Levantaram de novo cabeça como traidores khruchovianos depois da morte de Stáline. Mas foi suficiente para que o povo soviético, no essencial livre de inimigos internos, resistisse ao ataque dos fascistas de Hitler na Grande Guerra Pátria e conseguisse alcançar a vitória.

Mas deve-se chamar a atenção para a persistência de traidores. Oficiais soviéticos, que com frequência tinham sido presos em 1937-1938 e posteriormente libertados, desertaram para o lado dos fascistas durante a guerra e muitos serviram no Exército de Vlassov. Por isso, ainda hoje, há opiniões de que as medidas da Grande Depuração (como se disse esta não era uma designação oficial) perderam a intensidade demasiado cedo, o que, entre outras coisas, permitiu a sobrevivência de trotskistas disfarçados, como Khruchov e muitos bukharinistas.

*A justeza da luta contra o trotskismo e bukharinismo foi finalmente demonstrada pela evolução da URSS e do campo socialista depois da morte de Stáline, começando no revisionismo de Khruchov e terminando na desagregação do socialismo na Europa, sob Gorbatchov e Iéltine.»<sup>138</sup>*

O já várias vezes referido embaixador dos EUA, Joseph E. Davies, viveu na URSS no período dos processos e escreveu as suas impressões nas suas memórias. Três dias depois da invasão da URSS pela *Wehrmacht* fascista, discursou no clube universitário em Chicago. Uma pessoa na assistência perguntou-lhe: «O que pode dizer sobre os quinta-colonistas na Rússia? Sem rodeios respondi: Não existem nenhuns – foram fuzilados».<sup>139</sup>

Ora, isto era na verdade exagerado. Davies não podia saber que ainda havia trotskistas no Exército e nos órgãos de segurança, que souberam camuflar-se. Não puderam, porém, organizar grandes acções dada o enfraquecimento provocado pelos processos.

De acordo com Davies, só nos últimos dois anos (ou seja entre 1940 e 1941), foram descobertas conspirações de organizações alemãs nos EUA e na América do Sul.

«Aparentemente, estas actividades e métodos estavam presentes na Rússia desde 1935, fazendo parte do plano alemão contra os soviéticos. (...) Agora sabe-se que o governo soviético já estava na altura perspicazmente consciente dos planos dos altos comandos políticos e militares alemães e do “trabalho interno” em curso na Rússia para a preparação de um ataque alemão contra a Rússia.

Ao reflectir sobre esta situação, vi subitamente o quadro que deveria ter visto naquele tempo. A história foi contada nos chamados julgamentos por traição ou purgas de 1937 e 1938, a que assisti atentamente. Ao reexaminar a partir deste novo ângulo as actas destes processos, bem como os textos que escrevi na altura, descobri que praticamente todos os dispositivos de uma actividade quinta-colonista alemã, tal como a conhecemos agora,

---

<sup>138</sup> Hans Wauer e Hans-Jürgen Falkenhagen, op. cit., pp. 58-61.

<sup>139</sup> Davies, op. cit., p. 210. [Ed. cit., p. 239. (N. Ed.)]

foram revelados e postos a nu pelas confissões e depoimentos obtidos naqueles julgamentos dos auto-confessados "Quislings" da Rússia.

Era claro que o governo soviético, ao saber que tais actividades existiam, ficou profundamente alarmado e agiu vigorosamente para as esmagar. Em 1941, quando ocorreu a invasão alemã, todas as quintas colunas antes organizadas tinham sido aniquiladas.

Outro facto difícil de compreender na altura, mas que toma um novo significado à luz dos desenvolvimentos, foi o modo como o governo soviético "abalroou" as representações consulares da Alemanha e da Itália em 1937 e 1938. Isto foi feito de um modo muito autoritário. Houve uma desconsideração rude e quase brutal das sensibilidades dos países envolvidos. A razão evocada pelo governo soviético era que estes consulados estavam envolvidos em actividades internas políticas e subversivas; e que, por causa destes factos, tiveram de ser encerrados.»<sup>140</sup>

No que diz respeito ao corpo de oficiais, perante a opinião dominante segundo a qual «a liquidação dos generais mais velhos e experientes enfraqueceu substancialmente as forças armadas», Davies considerou: «Apesar disto ser até certo ponto verdade, é muito exagerado.»<sup>141</sup>

«O corpo de oficiais é considerado como de excelente qualidade pelos jovens comandantes e, para falar verdade, com capacidade para ocupar os altos comandos. Estes são em geral gente nova.»<sup>142</sup> Davies termina esta análise da «opinião predominante», notando que «o Exército Vermelho é leal ao Partido Comunista e, conseqüentemente, a Stáline».<sup>143</sup>

É exactamente este comportamento que tanto desagrada aos arautos da tese da «decapitação» do Exército Vermelho. Mas Davies é ainda mais explícito. A força do «presente regime» na União Soviética baseava-se, na sua opinião, «na liderança arrojada e competente de Stáline.» O seu regime estava «firmemente entrincheirado.»<sup>144</sup>

Num relatório pormenorizado sobre a URSS para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, de Junho de 1938, Davies resume:

«A força militar da URSS é imponente. (...) O exército permanente com aproximadamente um milhão e 500 mil homens está dividido em duas unidades independentes, uma a Oeste e outra a Leste – com cerca de 70 por cento no Oeste e 30 por cento no Leste. Está bem munido de espingardas, bem disciplinado e treinado na fanática devoção ao comunismo. As suas unidades mecanizadas são muito boas. Os efectivos da força aérea são excelentes, o seu equipamento é bom na perseguição aérea, mas pobre no bombardeamento. Em termos quantitativos a força aérea é, provavelmente, a mais forte das grandes potências. No equipamento aéreo, de modo geral, estão provavelmente dois a três anos atrasados em relação às nações ocidentais.

O governo está sumamente confiante de que poderá resistir com sucesso a um ataque simultâneo por parte da Alemanha e do Japão.

Seria extremamente difícil vencer ou destruir todas estas forças com o seu aliado, o Inverno russo.

---

<sup>140</sup> Idem, ibidem, p. 210 e seg. [Ed. cit., pp. 240-241. (N. Ed.)]

<sup>141</sup> Idem, ibidem, p. 318. [Ed. cit., p. 358. (N. Ed.)]

<sup>142</sup> Idem, ibidem. [Idem, ibidem. (N. Ed.)]

<sup>143</sup> Idem, ibidem. [Ed. cit., p. 359. (N. Ed.)]

<sup>144</sup> Idem, ibidem, p. 324. [Ed. cit., p. 365. (N. Ed.)]

*A fraqueza reside, talvez, na segunda linha de defesa – a produção industrial na retaguarda da frente e o abastecimento de produtos petrolíferos de alto teor.»<sup>145</sup>*

Para terminar, registre-se ainda a avaliação dos processos por Winston Churchill, figura que pertence aos piores inimigos do comunismo, mas que se distingue dos outros porque foi capaz de fazer avaliações realistas da URSS e da personalidade de Stáline, uma qualidade que até alguns teóricos que se consideram comunistas perderam.

Segundo Churchill, Benes recebeu o «aviso preocupante» de que «através da embaixada soviética em Praga estavam a ser trocadas informações entre importantes personalidades na Rússia e o governo alemão. Isto fazia parte da chamada conspiração dos militares e da velha guarda comunista para derrubar Stáline e implantarem um novo regime assente numa política pró-germânica (...) Depois disso seguiu-se a impiedosa, mas talvez não desnecessária, purga militar e política na Rússia Soviética e a série de processos em Janeiro de 1937, nos quais Vichínski, o procurador-geral, desempenhou um papel dominante.»<sup>146</sup>

Não se trata agora do facto de as memórias de Churchill, no que se refere aos acontecimentos na URSS entre 1935 e 1938, deixarem questões em aberto, principalmente no que diz respeito ao presidente da Checoslováquia Benes e ao papel da Gestapo – que presumivelmente nunca poderá ser completamente esclarecido – mas sim da confirmação – por Churchill! – da «chamada» conspiração. Ele não só não contesta a sua existência como nem sequer põe em causa a necessidade de uma «purga», isto sabendo nós que Churchill não era exactamente um amigo da URSS.

No seu livro *Moscovo 1937, Uma descrição de viagem para os meus amigos*, Lion Feuchtwanger escreveu sobre os «processos trotskistas»: «*Alguns dos meus amigos, de resto gente sensata, consideraram estes processos, do princípio ao fim, de acordo com o conteúdo e a forma, tragicómicos, bárbaros, inverosímeis, monstruosos. Uma série de homens, que antes foram amigos da URSS, tornaram-se, através destes processos, seus adversários.*»<sup>147</sup>

Trótski, Bukhárine e os seus epígonos, a imprensa de Hearst, a propaganda de Goebbels, revisionistas, renegados, funcionários do SPD, Khruchov, Gorbatchov e os seus sequazes, os *media* burgueses e reformistas, conseguiram até hoje manter o movimento comunista dividido, ao nível internacional e nos respectivos países, através de mentiras sobre os processos.

A refutação destas mentiras históricas, da maré quase insuperável de difamações que ainda hoje, 50 anos depois da morte de Stáline, continuam difundidas, a cada hora, pelos meios de comunicação de massas, pertence às tarefas irrenunciáveis, não só de historiadores marxistas-leninistas, mas também de todos os publicistas honestos, que se sentem comprometidos com a verdade histórica. Elas são uma expressão do medo que acomete a classe exploradora dominante perante o contínuo aprofundamento da crise política do sistema capitalista. Tal como Macbeth perante o espectro de Banquo, ela trema perante o espectro de Stáline.

A mística não é própria de um historiador marxista-leninista, mas o facto de a burguesia e a sua historiografia, ainda não terem digerido a figura de Stáline, não o terem «superado» e ainda o recearem, provam-no as suas publicações.

---

<sup>145</sup> Idem, ibidem. [Ed. cit., p. 365-366. (N. Ed.)]

<sup>146</sup> Winston S. Churchill, op. cit., p. 150. [Ed. cit., p. 258. (N. Ed.)]

<sup>147</sup> Lion Feuchtwanger, *Moscovo 1937*. 2ª ed., Berlim, 1993, p. 86 e seg.

**Dados sobre a população prisional na URSS  
(1934-1953)**

<b>Janeiro</b>	<b>Campos de trabalho</b>	<b>Presos Políticos</b>	<b>%</b>	<b>Mortos</b>	<b>%</b>
1934	510 307	135 190	26,5	26 295	5,2
1935	725 438	118 256	16,3	28 328	3,9
1936	839 406	105 849	12,6	20 595	2,5
1937	820 881	104 826	12,8	25 376	3,1
1938	996 367	185 324	18,6	90 546	9,1
1939	1 317 195	454 432	34,5	50 502	3,8
1940	1 344 408	444 999	33,1	46 665	3,5
1941	1 500 524	420 293	28,7	100 997	6,7
1942	1 415 596	407 988	29,6	248 877	18,0
1943	983 974	345 397	35,6	166 967	17,0
1944	663 594	268 867	40,7	60 948	9,2
1945	715 506	283 351	41,2	43 848	6,1
1946	600 897	333 833	59,2	18 154	3,0
1947	808 839	427 653	54,3	35 668	4,4
1948	1 108 057	416 156	38,0	27 605	2,5
1949	1 216 361	420 696	34,9	15 739	1,3
1950	1 416 300	578 912	22,7	14 703	1,0
1951	1 533 767	475 976	31,0	15 587	1,0
1952	1 711 202	480 766	28,1	10 604	0,6
1953	1 727 970	465 256	26,0	95 825	0,3
<b>Janeiro</b>	<b>Libertados antecipadamente</b>	<b>Evadidos</b>	<b>Colónias de trabalho</b>	<b>Prisões</b>	<b>Total Presos</b>
1934	147 272	83 490	-----	-----	510 030
1935	211 035	67 493	240 259	-----	965 697
1936	369 544	58 313	457 088	-----	1 296 494
1937	364 437	58 264	375 488	-----	1 196 369
1938	279 966	32 033	885 203	-----	1 881 570
1939	223 622	12 333	355 243	350 538	2 022 976
1940	316 825	11 813	315 584	190 266	1 850 258
1941	624 276	10 592	429 205	487 739	2 417 468
1942	509 538	11 822	360 447	277 992	2 054 035
1943	336 135	6242	500 208	235 313	1 719 495
1944	152 113	3586	516 225	155 213	1 335 032
1945	336 750	2196	745 171	279 969	1 740 646
1946	115 700	2642	956 224	261 500	1 818 621
1947	194 886	3779	912 794	306 163	2 027 796
1948	261 148	4261	1 091 478	275 850	2 475 385
1949	178 449	2583	1 140 324	-----	2 356 685
1950	216 210	2577	1 145 051	-----	2 561 351
1951	254 269	2318	994 379	-----	2 528 146
1952	329 446	1253	793 312	-----	2 504 514
1953	937 352	785	740 554	-----	2 468 524

## Índice de Nomes II

(acrescentado pela edição portuguesa)

**Baldwin** Stanley (1867-1947), conservador britânico, primeiro-ministro de Maio de 1923 a Janeiro de 1924, de Novembro 1924 a Junho de 1929 e de Junho de 1935 a Maio de 1937. Ministro das Finanças de Outubro de 1922 a Agosto de 1923.

**Beneš**, Edvard (1884-1948), segundo presidente da Checoslováquia (1935-38 e 1945-1948), foi um dos líderes do movimento independentista durante a I Guerra, tornando-se ministro dos Negócios Estrangeiros (1918-1935), após a declaração da independência, na sequência da dissolução do Império Austro-Húngaro. Durante a ocupação nazi dirigiu a resistência no estrangeiro.

**Bliukher**, Vassili Konstantinovitch (1889-1938), membro do partido desde 1916, destacou-se como militar na Guerra Civil, tornando-se no primeiro condecorado com a ordem de Cavaleiro da Bandeira Vermelha. Foi preso em 1938 na sequência de uma operação falhada contra o exército japonês no Extremo Oriente, tendo falecido na prisão durante os interrogatórios.

**Chamberlain**, Arthur Neville (1869 - 1940), membro do Partido Conservador, é eleito deputado em 1918, designado ministro da Saúde em 1923, e de seguida chanceler do Tesouro, voltando a ocupar a pasta da Saúde entre 1924 e 1929 e das Finanças em 1931. Em 1937 torna-se primeiro-ministro, sendo sucedido em 1940 por Winston Churchill.

**Chamberlain**, Joseph Austen (1863-1937), foi eleito para o parlamento britânico em 1892, entrando para o governo em 1902 como vice-ministro das Finanças. Ocupou várias pastas até ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros (1924-29). Defensor da remilitarização da Alemanha, a qual desejava dirigir contra a URSS e utilizar

como contrapeso à França, promoveu os Tratados de Locarno (1925), que permitiam a expansão germânica para Leste. Mais tarde provocou a ruptura das relações diplomáticas com a URSS (1927), restabelecidas em 1929 após a vitória dos trabalhistas.

**Chtern**, Grigóri Mikhaïlovitch (1900-1941), membro do partido desde 1919, do CC (1939-41), comissário político durante a guerra civil, termina a Academia Frunze em 1926, trabalhando de seguida no Comissariado dos Assuntos Militares e Marítimos. Foi conselheiro principal do governo republicano durante a guerra civil de Espanha, participou nos combates em Khalkhin-Gol (1939), comanda o 8.º Exército na guerra soviético-finlandesa (1939-40) e o Exército do Extremo Oriente (1941). Coronel-general (1940) e herói da URSS (1939). Preso em 7 de Junho de 1941, confessa a sua ligação desde 1931 à conspiração no Exército Vermelho e aos serviços secretos alemães. É fuzilado em 28 de Outubro do mesmo ano.

**Curzon**, George Nathaniel (1859-1925), conservador britânico, governador-geral da Índia (1899-1905) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1919-1924). Foi sua a proposta de linha de armistício entre a Polónia e a Rússia Soviética na guerra de 1919-20, que ficou conhecida com o seu nome. Apesar de na altura ter sido recusada pela Polónia, veio a ser utilizada em 1945 para o estabelecimento definitivo da fronteira soviético-polaca.

**Daladier**, Edouard (1884-1970), deputado do Partido Radical a partir de 1919, presidente do partido entre 1927 e 1930 e entre 1936 e 1938. Integra os governos das «esquerdas» entre 1924 e 1932, como ministro das Colónias (1924), da Guerra (1925), da Instrução Pública (1926) e das Obras Públicas (três vezes entre 1930 e 1932). Presidente do Conselho entre Janeiro e Outubro de 1933 e entre Janeiro e Fevereiro de 1934 e depois entre Abril de

1938 e Março de 1940. Participa na união da esquerda para as eleições de 1936, favorecendo o acordo entre o PCF, a SFIO e o Partido Radical, tornando-se ministro da Defesa durante o governo da Frente Popular (1936-38). Em 1938 assina os acordos de Munique com Neville Chamberlain entregando uma parte da Checoslováquia a Hitler. Em 1939, já como primeiro-ministro, não só revoga várias reformas sociais do governo da Frente Popular, como ilegaliza o PCF e encerra o *L'Humanité*. Em Março de 1940 integra o governo de Paul Reynaud como ministro da Defesa, até Maio, e como Ministro dos Negócios Estrangeiros até à invasão alemã em Junho desse ano. Volta a ser eleito deputado entre 1946 e 1958.

**Ebert**, Friedrich (1871-1925), social-democrata alemão, líder da sua ala direita revisionista. Foi o primeiro chanceler da Alemanha depois da revolução de Novembro de 1918, primeiro presidente da República de Weimar (1919-1925). Tornou-se secretário-geral do SPD em 1905 e presidente do partido em 1913, tendo acolhido a I Guerra como uma medida «defensiva» necessária. No final de 1918, em conluio com o comando do exército promoveu perseguições aos comunistas que culminaram com a sangrenta repressão da revolta dos spartaquistas.

**Ejov**, Nikolai Ivánovitch (1895-1940), membro do partido desde 1917, do CC (1934-39) candidato do *Politburo* (1937-39), dirigiu o NKVD (1936-1938), e o Comissariado dos Transportes Fluviais (1937-39). Em 1939 é preso e julgado pelo Colégio Militar do Tribunal Supremo da URSS, acusado de traição ao Estado, espionagem e de ligação a uma organização militar clandestina no interior do Exército Vermelho, que se propunha derrubar o governo soviético. É executado em 4 de Fevereiro de 1940.

**Feuchtwanger**, Lion (1884-1958), escritor alemão, um dos autores de língua alemã mais lidos nos EUA e na Rússia. De origem judaica, exilou-se em 1933, primeiro em França e depois nos EUA. Viajou na

URSS entre Novembro de 1936 e Fevereiro de 1937. Renovou o romance histórico.

**Frinovski**, Mikhail Petróvitch (1898-1940), membro do partido desde 1918, ingressa nesse ano no Exército Vermelho, tornando-se comandante de esquadrão do 1º Exército de Cavalaria. Transita para os órgãos de segurança (*Tchéka*) no ano seguinte, onde ocupa vários postos de direcção. Em 1937 é nomeado primeiro vice-ministro do Comissariado dos Assuntos Internos (NKVD), encabeçado por Ejov de quem é um dos mais próximos colaboradores. Afastado do NKVD em 1938, é ainda designado comissário da Frota Militar da URSS. Em 1939 é preso, sendo condenado a fuzilamento por participação na conspiração no NKVD, em Fevereiro de 1940.

**Galánine**, Ivan Vassílievitch (1899-1938), membro do partido desde 1920, participa na liquidação da revolta de Kronstadt em 1921. Vice-comandante da região militar de Transbaikal (1936-38), participa nos combates contra os japoneses de Khalkhin-Gol (1939). Durante a II Guerra comanda vários exércitos, designadamente em Stalingrado (1942-43), Kursk (1943), Ucrânia (1944) e na Hungria (1944).

**Goering**, Hermann (1893-1946), piloto durante a I Guerra, adere ao partido nazi em 1922, torna-se chefe das SA e participa no golpe de 1923, fugindo para a Áustria. Em 1927 beneficia da amnistia, sendo eleito deputado no *Reichstag*, em 1928, e seu presidente em 1932, cargo que mantém até 1945. Chefe da polícia nazi, organiza a perseguição e eliminação física dos comunistas. É o criador dos primeiros campos de concentração e organizador da *Gestapo*, cuja direcção entrega a Himmler. Comandante da *Luftwaffe* (1935), apoia Franco com a sua aviação. Após a «noite de cristal», em 1938, intensifica as perseguições anti-semitas, sendo o promotor da «solução global» da «questão judaica» a partir de Julho de 1941. Preso em Maio de 1945, condenado à morte em Nuremberga por

crimes de guerra, suicida-se com cianeto para escapar ao enforcamento.

**Gottwald**, Klement (1896-1953), nascido na Morávia, integra o movimento social-democrata em 1912, tornando-se num dos fundadores do Partido Comunista da Checoslováquia (1921). Redactor de vários jornais comunistas, integra o *bureau* Político em 1925, sendo eleito secretário-geral em 1929. É membro do CEIC desde 1928 e seu secretário entre 1935 e 1943. Após o acordo de Munique instala-se em Moscovo, de onde dirige o movimento de resistência à ocupação nazi. Integra o primeiro governo da Frente Nacional, como vice-presidente (Abril de 1945), e torna-se o chefe do executivo da coligação no ano seguinte. Em 1948 é eleito presidente da República.

**GPU** – *Gossudártsvenoi Politítcheskoi Upravlénie* (Direcção Política Estatal), órgãos de segurança, criados em 6 de Fevereiro de 1922 por proposta de V.I Lénine, que sucederam à *Tcheka* (Comissão Extraordinária de Toda a Rússia para o Combate à Contra-Revolução e Sabotagem) constituída em Dezembro de 1917. Ao contrário da *Tcheka*, que dependia directamente do governo soviético, a GPU foi criada no âmbito do Ministério dos Assuntos Internos (*NKVD*) da Rússia, bem como de outras repúblicas. Esta disposição foi revista em 15 de Novembro de 1923, data da criação da *OGPU* – *Obedinénnoi Gossudártsvenoi Politítcheskoi Upravlénie* (Direcção Política Estatal Unificada), órgão subordinado directamente ao governo da URSS, que centralizou as funções de segurança de todo Estado Soviético, de luta contra actividades contra-revolucionárias, espionagem etc. Em 10 de Junho de 1934 foi criado o Commissariado do Povo dos Assuntos Internos da URSS, em cuja composição é integrada a *OGPU*, com a nova designação *GUPB* – *Glávnoi Upravlénie Gossudárstvenoi Besopastnosti* (Direcção Principal de Segurança de Estado), que ficou conhecida como órgãos do *NKVD*. Em 3 de Fevereiro de 1941, o Commissariado do Povo dos Assuntos Internos (*NKVD*) foi dividido em dois órgãos independentes, o *NKVD* e o

Commissariado do Povo da Segurança do Estado (*NKGB*). Porém, passados poucos meses, em Junho, voltam a ser unificados num único commissariado, o *NKVD* da URSS. Em Abril de 1943, os órgãos de segurança são de novo separados do Commissariado dos Assuntos Internos, reconstituindo-se como um commissariado autónomo (*NKGB*). Em 15 de Março de 1946, o *NKGB* é designado Ministério da Segurança do Estado (*MGB*). No ano seguinte é criado o Comité de Informação (*KI*) junto do Conselho de Ministros com competência na política externa e informações militares. O *KI* passou para a dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1949. Mais tarde, em Janeiro de 1952, este serviço voltou a ser integrado no Ministério da Segurança de Estado (*MGB*) como a Primeira Direcção Principal (*PGU*). Em 7 de Março de 1953, o Ministério da Segurança de Estado (*MGB*) é fundido com o Ministério dos Assuntos Internos, adoptando a designação deste último (*MVD*). Por fim, em 13 de Março de 1954, é criado o Comité de Segurança do Estado (*KGB*) junto do Conselho de Ministros da URSS, que viria a existir até à sua extinção em 22 de Outubro de 1991. No âmbito das suas atribuições e competências incluíam-se, entre outros, os órgãos de segurança do Estado, as tropas fronteiriças, os órgãos de contra-espionagem, estabelecimentos de ensino e de investigação científica.

**Halifax**, visconde de, Edward Frederick Lindley Wood (1881-1959), membro do partido conservador, vice-rei das Índias (1926-1931), foi titular da pasta do Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha entre 1938 e 1940, tornando-se embaixador em Washington durante a II Guerra.

**Herriot**, Édouard (1872-1957), presidente do Partido Radical (1919-1926, 1931-1936, 1948-1953 e 1955-1957), chefiou o governo de França, acumulando com o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, nos seguintes períodos: 14 de Junho de 1924 a 17 de Abril de 1925; 19 a 23 de Julho de 1926 e 3 de Junho a 18 de Dezembro de 1932.



**Hughes**, Charles Evans (1862-1948), membro do Partido Republicano, governador dos Estado de Nova Iorque (1907-1910), candidato presidencial (1916), juiz do Tribunal Supremo dos EUA e secretário de Estado (1921-1925).

**Iakir**, Iona Emanuílovitch (1896 -1937), membro do partido desde 1917, do CC desde 1934 (candidato desde 1930). Militar do Exército Vermelho desde 1918, comandou tropas contra forças de intervenção romenas, alemãs e austríacas. Condecorado com três ordens, é nomeado, em 1925, comandante da Forças Armadas da Ucrânia e Crimeia. Entre 1926 e 1928 estuda na Academia Militar Superior na Alemanha. Em 1937 é nomeado comandante da região militar de Leningrado. Preso nesse ano, confessa a sua participação na conspiração militar-fascista e é condenado à morte.

**Iákovlev**, Mikhail Pávlovitch (1903-1939), operário desde os 13 anos, ingressa a Escola de Infantaria no Exército Vermelho em 1921. Em 1937 termina o curso de blindados e é nomeado comandante da 11ª Brigada de Tanques, tendo uma participação heróica nos combates de Khalkhin-Gol contra os japoneses, nos quais perde a vida em 12 de Junho de 1939.

**Kabakov**, Ivan Dmítievitch, (1891-1937), membro do partido desde 1914, do CC desde 1925 (candidato desde 1924). Participou na instauração do poder soviético na região de Novgorod. Funcionário do partido desde 1918, desempenhou funções ao nível regional como secretário do comité provincial de Iaroslavski (1922-23), de Tula (1924), presidente do Comité Executivo dos Urais (1928-29). Em 1929 torna-se secretário do partido nos Urais e de Sverdlovsk (1934). Em 1937 é expulso do partido, detido e julgado no processo da «Revolta dos Urais», de que é acusado de dirigir juntamente com trotskistas e direitistas. O tribunal condena-o a fuzilamento.

**Kalínine**, Mikhail Ivánovitch (1875-1946), membro do partido desde 1898, do CC desde 1919 (candidato entre 1912-17), do *Politburo* desde 1926 (candidato desde 1919). Em 1906 é delegado ao IV Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Em 1919, depois da morte de Sverdlov, é eleito presidente do Comité Executivo Central de Toda a Rússia, tornando-se no segundo chefe de Estado da Rússia dos Sovietes e, a partir de 1922, o primeiro da URSS, presidindo o Comité Executivo Central da URSS (1922-38), órgão máximo que é substituído em 1938 pelo *Presidium* do Soviete Supremo da URSS.

**Kulik**, Grigóri Ivánovitch (1890-1950), membro do partido desde 1917. Ingressou no exército tsarista em 1912, transitando para o Exército Vermelho em 1918, onde comanda a artilharia de vários exércitos durante a Guerra Civil. Participa na Guerra Civil de Espanha sob o pseudónimo de «General Cooper». Em 1938 dirige uma carta a Stáline, com a assinatura de vários outros oficiais em que propõe o fim das repressões contra militares comunistas. Em 1939 é designado vice-comissário da Defesa da URSS. Em 1942 é julgado por ter entregue as cidades de Kertch (na Crimeia) e Rostov. Despromovido para major-general, recupera o posto de tenente-general em 1943, mas volta a perdê-lo em 1945. Após a guerra, comanda a região militar do Volga. Em 1946 é demitido e preso em 1947. Em 1950 é condenado à morte pela organização de um grupo conspirador no exército contra o poder soviético.

**Laval**, Pierre (1883-1945), membro da SFIO (partido socialista francês) desde 1905, pacifista na I Guerra, é eleito deputado em 1914 e presidente da câmara de Aubervilliers (região de Paris) em 1923. No ano seguinte volta ao parlamento como deputado independente, ocupando vários cargos nos governos a partir de 1925, designadamente a pasta dos Negócios Estrangeiros (1932 e 1934-36) e como primeiro-ministro (1931, 1931-32, 1932 e 1935-36), bem como mais tarde no regime colaboracionista de Vichy (1940 e 1942-44).

Julgado em Outubro de 1945, é condenado por alta traição e fuzilado em 15 Outubro.

**Litvínov**, Maksíme Maksímovitch (1876-1951), membro do partido desde 1898, do CC a partir de 1934. Participante na revolução de 1905-07, representante do partido no Bureau Internacional Socialista (1914), torna-se vice-comissário (1921) e comissário (1930-39) dos Negócios Estrangeiros da URSS. Foi representante da URSS na Liga das Nações (1934-38) e embaixador nos EUA (1941-43), voltando ao Ministério até 1946, ano em que se reforma.

**MacDonald**, James Ramsay (1866-1937), fundador e dirigente do Partido Trabalhista Independente e do Partido Trabalhista da Grã-Bretanha, pregou a teoria da conciliação de classes e da gradual transformação do capitalismo em socialismo. Apoiou a burguesia na I Guerra Mundial. Em 1924 torna-se primeiro-ministro da Grã-Bretanha, com o apoio dos liberais, aliança que se desfaz ao fim de nove meses. Regressa à chefia do governo em 1929 e reata as relações diplomáticas com a URSS. Em 1931 forma um governo de unidade nacional, constituído maioritariamente por conservadores, o que provocará a sua expulsão do Partido Trabalhista.

**Maíski**, verdadeiro nome Ivan Mikhailovitch Liakhovétski, (1884-1975), diplomata, membro da Academia de Ciências da URSS, aderiu ao POSDR (menchevique) em 1903. Emigrou em 1908, regressando à Rússia em 1917. Em 1919 rompe com o menchevismo e adere ao PCR(b) em 1921. Entra para o trabalho diplomático no ano seguinte. Entre outros, participou nas conferências da Crimeia e de Potsdam. Candidato do CC (1941-47). Autor de memórias e de várias obras sobre história e política externa.

**Malinóvski**, Rodion Iákovlevitch (1898-1967), voluntário do exército aos 16 anos, participa na I Guerra Mundial, sendo gravemente ferido no seu primeiro combate.

Em 1916 integra o corpo expedicionário russo em França, onde permanece até 1919. Entra então para o Exército Vermelho, participando na derrota dos brancos. Em 1926 adere ao partido. Após concluir a Academia Militar Frunze, participa na guerra civil de Espanha. Entre 1941 e 1942 comanda a Frente Sul e do Cáucaso do Norte. Distingue-se na batalha de Stalingrado, liberta as cidades de Odessa e de Nikolaev como comandante da frente Sudeste e derrota o grupo de exércitos nazis «Sul». Desempenha um papel destacado na libertação da Roménia, Hungria, Áustria e Checoslováquia. Marechal da URSS, herói da URSS, exerceu funções como ministro da Defesa entre 1957 e 1967.

**Meretskov**, Kirill Afanássiev (1897-1968), membro do partido desde 1917, ingressou no Exército Vermelho em 1918, participando na guerra civil nas frentes Sul e Leste. Após completar a academia Militar exerce funções de chefia em várias regiões militares. Entre 1936 e 1937 participa na Guerra Civil de Espanha na qualidade de conselheiro militar e mais tarde na guerra sovieta-finlandesa (1939-40), na qual é condecorado com o título de Herói da União Soviética. Em Junho de 1941 é preso acusado de estar ligado a uma conspiração militar, sendo libertado em Setembro do mesmo ano. Em Dezembro é nomeado comandante da Frente de Vólkhovski (região de Leningrado), desempenhando um importante papel na defesa da segunda capital soviética, onde consegue romper o bloqueio nazi em 1943. Entre 1955 e 1964 foi assistente do ministro da Defesa da URSS.

**Noske**, Gustav (1868-1946), social-democrata alemão da ala direita, ministro da Defesa da Alemanha (1919-1920), comandou a repressão dos comunistas e social-democratas de esquerda e o assassinio de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, tendo declarado a propósito que «É preciso que alguém faça o papel de cão sangrento. Não temo as responsabilidades». Demitido em 1933 pelos nazis do cargo de governador de Hanover, que ocupava desde 1920, é preso em 1937 e internado em campos de

concentração até ser libertado pelos soviéticos em Maio de 1945.

**Pávlov**, Dmítri Grigórievitch (1897-1941), membro do partido desde 1919, entra nesse ano para o Exército Vermelho. Em 1936-37 participa como voluntário na Guerra Civil de Espanha, como comandante de uma brigada de tanques, recebendo a condecoração de Herói da União Soviética. Nos primeiros dias da invasão nazi da URSS, comanda a Frente Ocidental, a qual lhe é rapidamente retirada sob a acusação de ter franqueado posições aos alemães sem combate. Julgado por traição, é condenado a fuzilamento.

**Poincaré**, Raymond (1860-1934), reputado advogado, iniciou a sua carreira política em 1887 como deputado. Em 1913, depois de ter desempenhado vários cargos ministeriais e quando já era o chefe do governo, é eleito presidente da França, funções que exerce até 1920. Volta a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho por mais quatro vezes até 1929, ano em que se retira da vida política. Foi um dos inspiradores da primeira guerra mundial.

**Quisling**, Vidkun (1887-1945), oficial do exército norueguês até 1921, diplomata nos anos 20, ministro da Defesa de 1931 a 1933, fundou o Partido da União Nacional, em 1933, mas é só após a invasão nazi que se proclama chefe do governo, colaborando activamente com os ocupantes nazis. Após a libertação do país, Quisling é julgado, condenado por alta traição e fuzilado em Outubro de 1945

**Scheidemann**, Philipp Heinrich (1865-1939), social-democrata alemão, apoiante do governo durante a I Guerra, é ele quem proclama, em 8 de Novembro de 1918, a República Alemã, antecipando-se à proclamação da república socialista por Karl Liebknecht. Até Janeiro de 1919, integrou o Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Friedrich Ebert, que reprime a revolução spartaquista. Em Fevereiro de

1919 torna-se chanceler da República de Weimar, sucedendo a Ebert.

**Smuchkévitch**, Iákov Volfovitch (1902-1941), membro do partido desde 1918, ano em que ingressa no Exército Vermelho. Na Força Aérea desde 1922, foi voluntário na guerra civil de Espanha (1936-37), onde comanda a defesa antiaérea de Madrid. Distingido com a ordem Lénine e o título de Herói da URSS, participa nos combates contra os japoneses em Khalkhine-Gol (1939), sendo nesse ano nomeado chefe da Força Aérea e proposto como candidato do CC. General-inspector da aviação em 1940, é preso em 8 de Junho de 1941 e fuzilado a 28 de Outubro do mesmo ano, depois de confessar ter participado na conspiração militar e na organização de actos de sabotagem na força aérea.

**Snegov**, Mikhail Gueórguievitch (1896-1960), voluntário com 18 anos na I Guerra, entra para o Exército Vermelho em 1918, terminando a guerra civil como chefe de estado-maior de brigada de cavalaria. Depois de terminar a Academia Militar Frunze (1926), foi conselheiro militar na China junto do governo de Chiang Kai-Chek. Major-general em 1940, é nomeado comandante do 8.º Corpo de Infantaria do 12.º Exército, na região de Kíev. Em Agosto de 1941 é feito prisioneiro. Em 1942 é mostrado pelos nazis num campo em Berlim ao lado do general Vlássov, seu anterior subordinado hierárquico, que se prestou a formar um exército de prisioneiros para combater ao lado dos nazis. Regressa à URSS em 1945, enveredando pela carreira académica militar. Em 1954 é reintegrado no partido.

**Stinnes**, Edmund Hugo (1896-1980), industrial alemão, filho mais velho de Hugo Stinnes. Aproximou-se de Hitler em 1931, mas mais tarde distancia-se do nacional-socialismo e emigra para os EUA, onde colabora com os serviços secretos de Allan Dulles, designadamente nas negociações de uma paz separada com os nazis em 1945.

**Svanidzé**, Aleksandr Semiónovitch (1886-1941), membro do partido desde 1901, emigra para a Alemanha onde se licencia em história, dedicando-se ao ensino no seu regresso a Tiblissi em 1916. Após a revolução de Outubro foi comissário das Finanças da Geórgia e da Transcaucásia. Entre 1920 e 1930 trabalha no Commissariado dos Negócios Estrangeiros. Vice-presidente do Banco de Comércio Externo da URSS (1935-37), é autor de inúmeras obras sobre história e de traduções. Em 1937 é acusado de espionagem e condenado a prisão, onde vem a falecer.

**Ulbricht**, Walter (1893-1973), membro do Partido Social-Democrata desde 1912, da Liga Espartaquista desde 1918, um dos fundadores do Partido Comunista da Alemanha, cujo CC integra a partir de 1923 e o *Politburo* desde 1929. Deputado na Saxónia (1926-28), no *Reichstag* (1928-33) e representante na IC (1924-29). Instala-se na URSS após a ascensão de Hitler, regressando à Alemanha em 1945. Vice-presidente do PSUA (1946-49), é eleito seu secretário-geral (1950-53) e primeiro-secretário (1953-1971). Torna-se presidente do Conselho de Estado da RDA (1960-73), cargo que substituiu o de presidente da República.

**Varga**, Eugen Samuilovich (1879-1964), economista marxista, membro do Partido Social-Democrata Húngaro desde 1906, condenou a I Guerra e foi comissário das Finanças na efémera República Soviética Húngara (1919). Emigrou para a URSS em 1920, aderindo ao partido e participando activamente no *Komintern*. Trabalhou na representação comercial soviética em Berlim (1922-27), dirigiu o Instituto de Política e Economia Mundial adstrito à Academia das Ciências da URSS (1927-47) e mais tarde participou na criação do Instituto de Relações Internacionais e Economia Mundial (1956).

**Vichínski**, Andrei Ianúrievitch (1883-1954), jurista e diplomata soviético. Membro do partido desde 1920, do CC (1937-50 e 1954), menchevique entre 1903 e 1920. Foi

procurador da União Soviética (1933-39), dirigindo a acusação contra destacados ex-dirigentes soviéticos, implicados em actividades contra-revolucionárias. Ocupou altos cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1940-53).

**Voíkov**, Piotr Lázarevitch (1888-1927), membro do POSDR (menchevique) desde 1903, emigra em 1907, regressando à Rússia em Agosto de 1917 no comboio de Lénine. Adere então ao partido bolchevique, tornando-se membro do Soviete de Ekaterinburg e secretário da organização dos Urais (1917), comissário do Abastecimento nos Urais (1918), membro do colégio do Commissariado do Comércio Externo (1920) e embaixador na Polónia a partir de 1924. É assassinado a tiro em 1927 por B.C. Koverda, emigrante russo naturalizado polaco.

**Vóronov**, Nikolai Nikoláievitch (1899-1968), membro do partido desde 1919. No Exército Vermelho desde 1918, participa na guerra sovieto-polaca (1920), na guerra civil de Espanha (1936-37), nos combates de Khalkhin-Gol (1939) e na guerra sovieto-finlandesa (1939-40). Chefe da Direcção Principal de Defesa Antiaérea (1940-41), Chefe da Artilharia das Forças Armadas da URSS durante toda a II Guerra, Marechal principal de Artilharia (1944), intervém no planeamento e realização das grandes operações militares, deslocando-se a várias frentes como enviado do comando supremo, designadamente em Stalingrado, onde dirige as operações para romper o cerco alemão. Foi deputado do Soviete Supremo (1946-50) e presidente da Academia de Artilharia (1950-58). Herói da URSS, recebeu numerosas condecorações soviéticas e estrangeiras.